

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – 28ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – PRONUNCIAMENTOS**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATA**



ATAS

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/4/2019

Presidência do Deputado Cristiano Silveira

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofício nº 7/2019 (encaminhando a prestação de contas do Tribunal de Contas relativa ao exercício de 2018), do presidente do Tribunal de Contas; ofício – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 613, 633 e 634/2019; Requerimentos nºs 647, 752 a 770, 772 a 779, 782 e 783/2019; Requerimentos Ordinários nºs 360 e 362/2019 – Proposições Não Recebidas: Requerimento nº 771/2019 – Comunicações: Comunicações das Comissões do Trabalho e de Direitos Humanos – Registro de Presença – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Professor Irineu, Virgílio Guimarães, Cleitinho Azevedo, Delegado Heli Grilo e Coronel Henrique – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisões da Presidência (2) – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário nº 362/2019; deferimento – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Cristiano Silveira) – Às 14h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Gustavo Santana, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Carlos Henrique, 2º-secretário, nas funções de 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO Nº 7/2019

– O Ofício nº 7/2019, do presidente do Tribunal de Contas, foi publicado na edição anterior.

OFÍCIO

Do Sr. Márcio Luís de Oliveira, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa, informando, em resposta ao Ofício 337/2019/SGM desta Casa, que o documento que encaminha o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 367/2019 é a Mensagem nº 16. (– Anexe-se à referida mensagem.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 613/2019

Institui a Campanha de Conscientização sobre o Zoster.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a "Campanha de conscientização sobre o Zóster", tendo por escopo a ampla divulgação no âmbito estadual das características desta doença, suas causas e tratamentos dos sintomas, bem como a indicação das medidas preventivas a serem adotadas.

Art. 2º – Esta campanha deverá ser desenvolvida por meio da veiculação de anúncios nos meios de comunicação – internet, rádio, televisão, jornais, revistas etc. – fixação de cartazes e distribuição de cartilhas nos estabelecimentos de saúde públicos e privados; realização de palestras e audiências públicas sobre o tema e atualização e treinamento dos profissionais da saúde.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2019.

Ione Pinheiro

Justificação: O zóster, ou herpes-zóster, é popularmente conhecido como “cobreiro” e se traduz numa inflamação aguda causada pelo mesmo vírus da catapora.

Após desenvolver a catapora, o que normalmente acontece na infância, o indivíduo fica com o vírus adormecido no sistema nervoso.

Quando ocorre eventual queda na imunidade, pode ocorrer a reativação desse vírus e o desenvolvimento do zóster.

Seu principal sintoma é a dor intensa na extensão do nervo da medula espinhal até a pele, o que pode se manter mesmo após a cura das lesões. É a chamada “neuralgia pós-herpética”.

Na maioria dos casos tal neuralgia se resolve nos primeiros três meses, mas em alguns casos pode persistir por anos.

No Brasil, a cada ano, registram-se inúmeras hospitalizações no sistema público por varicela (catapora) e zóster.

A taxa de mortalidade por complicações em adultos aumenta a partir dos 50 anos de idade.

A dor associada ao zóster pode perturbar o sono, o humor, o trabalho e as atividades cotidianas, impactando negativamente a qualidade de vida e levando ao distanciamento social e à depressão.

O zóster na região dos olhos costuma ter complicações frequentes e pode afetar a visão de forma permanente.

Para o tratamento do zóster são utilizados, em geral, medicamentos antivirais, na tentativa de diminuir o tempo, o nível de gravidade e as complicações; analgésicos para reduzir a dor e corticosteróides para reduzir o processo inflamatório.

Há também a disponibilidade de vacina que é recomendada pelas autoridades da saúde para pessoas com mais de 50 anos.

O herpes-zoster não é de notificação compulsória, o que significa que hospitais e postos de saúde não precisam comunicar o Ministério da Saúde sobre casos da doença. Com isso, acredita-se que o governo não saiba de fato, quantos casos ocorrem por ano.

Estima-se que o índice de afetados pelo problema deve crescer de 2,35 a 3,74% por ano até 2030, como mostram cientistas que avaliaram dados da Austrália, do Japão e dos Estados Unidos. Em 2016, houve 60.955 casos de varicela no país, segundo o governo. O número representa uma forte redução em relação ao registrado em 2012, quando 151.380 pessoas foram diagnosticadas com varicela. A queda mais expressiva foi entre crianças de 1 a 4 anos que, a partir de 2013, passaram a receber gratuitamente pelo SUS a vacina contra a catapora incluída na tetra viral – que protege também contra o sarampo, a caxumba e a rubéola.

No entanto, enquanto os casos de varicela caíram 76% em crianças abaixo dos 4 anos em 2016 comparado com 2012, ela aumentou 30% naqueles acima dos 50 anos – que não são imunizados.

Ainda, segundo dados da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), 95% das pessoas carregam o vírus varicela-zóster. O Tempo: <https://www.otempo.com.br/interessa/sa%C3%Bade-e-ci%C3%Aancia/doen%C3%A7a-causada-pelo-v%C3%Aadrus-da-catapora-eleva-risco-de-infarto-e-avc-1.1517701>.

Nos Estados Unidos, ocorre cerca de um milhão de casos novos de herpes-zóster por ano. Aproximadamente 4% resultam em hospitalização, gerando um gasto médio de 3,2 mil a 7,2 mil dólares por episódio. Os custos adicionais associados ao tratamento das complicações, como, por exemplo, complicação ocular, neurológica e cutânea variam de 1,1 mil a 11,2 mil dólares por agravamento.

No Brasil não há estudos específicos, mas uma consulta ao Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) mostrou que, a cada ano, registram-se cerca de 10 mil internações causadas por complicações do vírus varicela-zóster. Quando se examina a mortalidade, cerca de 80% ocorre nos indivíduos com mais de 50 anos de idade. (Dados da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) – site: <https://sbgg.org.br/campanha-sobre-herpes-zoster-e-lancada-no-brasil/>).

Assim sendo, verificando-se o amplo desconhecimento por parte da população sobre o zóster, bem como a gravidade das consequências de um não tratamento, justifica-se sobremaneira a relevância do presente projeto de lei, bem como a urgência na sua aprovação, razão pela qual solicito o apoio dos nobres pares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 633/2019

Declara de utilidade pública a Associação Humanitária de Serviços Sociais Voluntários de Cláudio, com sede no Município de Cláudio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Humanitária de Serviços Sociais Voluntários de Cláudio, com sede no Município de Cláudio.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de abril de 2019.

Deputado Gustavo Valadares (PSDB)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 634/2019

Autoriza o Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Formiga o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Estado de Minas Gerais autorizado a doar ao Município de Formiga o imóvel com área de 1.727,36m² (um mil e setecentos e vinte e sete metros quadrados e trinta e seis centésimos), e respectivas benfeitorias, situado na Rua Silviano Brandão, 102, Centro, no Município de Formiga, e registrado sob o nº 39.341, a fls. 1 do Livro 2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Formiga.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a instalação das dependências da Câmara Municipal de Formiga.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de abril de 2019.

Deputado Gustavo Valadares, Líder do Bloco Sou Minas Gerais (PSDB).

Justificação: O imóvel que se pretende doar ao Município de Formiga é de propriedade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e atualmente abriga o fórum da Comarca de Formiga. Ocorre que, conforme a Lei Municipal nº 5224, de 2008, houve autorização ao executivo municipal de desafetação de área institucional do município, vinculada a sua doação ao Tribunal de Justiça, para implantação das novas instalações do fórum. Em decorrência da autorização legal, o lançamento da pedra fundamental de

construção do novo fórum se dará brevemente. Portanto, os serviços públicos que hoje funcionam no imóvel que se pretende doar em breve serão transferidos para o novo local.

Por outro lado, o Poder Legislativo Municipal hoje funciona em imóvel alugado, gerando despesas ao município, sendo ainda a Câmara Municipal ré no Processo 0011585-78.2018.8.13.0261, movido pelo Ministério Público Estadual em virtude da falta de acessibilidade do imóvel.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 647/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Segurança Pública – Sesp – e de Administração Prisional – Seap – pedido de providências com vistas ao acautelamento de arma para o agente de segurança penitenciário Rogério Rodrigues de Oliveira Junior, Masp 1101295-2, atualmente lotado no presídio de Matias Barbosa.

Nº 752/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde, à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora pedido de providências para a reabertura da porta de atendimento do setor de Urgência e Emergência do Hospital Regional João Penido, em Juiz de Fora.

Nº 753/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para viabilização do funcionamento dos dez novos leitos que foram construídos no Hospital Regional João Penido, no Município de Juiz de Fora.

Nº 754/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Saúde pedido de providências com vistas à retomada e à conclusão das obras de construção do Hospital Regional de Teófilo Otôni, bem como à contratação de serviço de vigilância para o local.

Nº 755/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Prefeitura e à Secretaria de Saúde de Nova Lima pedido de providências com vistas à fiscalização dos prédios da Alameda do Ingá, no Bairro Vila da Serra, principalmente nos terraços onde há focos de proliferação do mosquito da dengue.

Nº 756/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o Hospital Regional de Juiz de Fora, especificando-se a previsão para a finalização das obras e a expectativa para utilização do espaço, e a existência de algum equipamento, material ou estrutura que corra o risco de se deteriorar por falta de uso, exposição ao tempo ou outra circunstância, com a discriminação dos itens que corram esse risco. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 757/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o valor investido pelo Estado para a construção do Hospital Regional de Juiz de Fora. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 758/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Isnei Faria, diretor e proprietário do Centro Multiplicador de Capacitação do Agronegócio – CMC – do grupo Rações Futura, pela inauguração desse centro de excelência no Município de Martinho Campos.

Nº 759/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que seja restabelecido, com urgência, o fornecimento de medicamentos ao Município de Ibirité.

Nº 760/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Alysson Paolinelli pelos 45 anos de sua posse como ministro da Agricultura e por sua nomeação para embaixador da Boa Vontade do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA.

Nº 761/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que sejam adotados mecanismos de monitoramento da saúde dos profissionais do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, da Defesa Civil e da Polícia Civil que trabalharam ou ainda trabalham na Barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em consequência da tragédia ali ocorrida, especialmente daqueles que tiveram contato direto com a lama tóxica.

Nº 762/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pedido de providências para que seja acelerado o processo de registro, que se encontra em andamento, do Circo de Tradição Familiar, objeto do Processo nº 01450.012277/2005-62, uma vez que a fase de instrução técnica do procedimento de registro completará 14 anos em setembro de 2019.

Nº 763/2019, do deputado Professor Irineu, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja revisto o desligamento dos 270 funcionários da Minas Gerais Administração e Serviço que estavam nas Unidades de Atendimento Integrado – UAIs – do Barro Preto e da Praça Sete, em Belo Horizonte. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 764/2019, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – pedido de informações sobre o relatório referente à vistoria feita por essa agência em 12/3/2019, na Hidrelétrica do Mello, no Município de Rio Preto, e sobre os impactos que o rompimento da barragem da referida hidrelétrica podem causar na região.

Nº 765/2019, das Comissões de Transporte e de Defesa do Consumidor, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público do Estado, ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Tribunal de Contas da União pedido de providências com vistas à suspensão da cobrança da tarifa de pedágio no trecho de responsabilidade da concessionária Eco 135 (BR-135, MG-135 e LMG-754), até que o Contrato Setop 004/2018 seja repactuado e as tarifas reduzidas.

Nº 766/2019, do deputado Professor Irineu, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que não acabem as escolas de tempo integral. (– À Comissão de Educação.)

Nº 767/2019, das Comissões de Transporte e de Defesa do Consumidor, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público do Estado, ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Tribunal de Contas da União pedido de providências com vistas à suspensão da cobrança da tarifa de pedágio no trecho da concessionária Eco 135 (BR-135, MG-135 e LMG-754), dos veículos oficiais dos municípios, das ambulâncias, das viaturas, dos ônibus escolares e dos residentes de localidades em um raio de até 50km das praças de pedágio.

Nº 768/2019, das Comissões de Transporte e de Defesa do Consumidor, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências, junto à concessionária Eco-135, com vistas à inclusão de novos trechos rodoviários sob concessão no Contrato Setop 004/2018, de forma a se promover a redução das tarifas em cada praça de pedágio.

Nº 769/2019, das Comissões de Transporte e de Defesa do Consumidor, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências com vistas à inclusão do monitoramento do contorno rodoviário de Montes Claros como obrigação da concessionária Eco-135, em decorrência do Contrato Setop 004/2018, conforme solicitado por participantes das audiências públicas que ocorreram durante a Concorrência Pública Internacional nº 006/2017.

Nº 770/2019, do deputado Bráulio Braz, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Almeida Lima. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 772/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas à liberação dos recursos para a reforma e a cobertura da quadra da Escola Estadual Dr. João Eugênio de Almeida, no Município de Poços de Caldas.

Nº 773/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao Conselho Permanente da Medalha da Inconfidência pedido de providências com vistas à indicação da professora Heley de Abreu Silva, falecida no incêndio ocorrido na Creche Gente Inocente, em 5/10/2017, em Janaúba, para receber a Medalha da Inconfidência.

Nº 774/2019, das Comissões de Transporte e de Defesa do Consumidor, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações, consubstanciadas nas cópias dos documentos, atas, vídeos e demais registros das audiências públicas realizadas durante a Concorrência Pública Internacional nº 006/2017. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 775/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os valores recebidos do governo federal, de 2015 a 2018, referentes a programas federais de educação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 776/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que se mantenha a educação integral em funcionamento com o mesmo número de escolas e alunos atendidos em 2018. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Professor Irineu. Anexe-se ao Requerimento nº 766/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 777/2019, das Comissões de Transporte e de Defesa do Consumidor, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas ao repasse, como forma de compensação, de percentual dos recursos arrecadados com a outorga paga pela concessionária Eco 135 aos municípios prejudicados com a cobrança de pedágio na BR-135.

Nº 778/2019, das Comissões de Transporte e de Defesa do Consumidor, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato Setop 004/2018, nos termos previstos na cláusula 29.6 do referido contrato, visando à redução da tarifa básica de pedágio paga pelos usuários.

Nº 779/2019, das Comissões de Transporte e de Defesa do Consumidor, em que requerem seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais pedido de providências para que se apure se as obras de recuperação do pavimento em execução pela concessionária Eco 135 estão sendo feitas em adequação com as normas técnicas e as regras presentes no Contrato Setop nº 004/2018.

Nº 782/2019, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os moldes em que foi realizado o contrato Minas Arena do Mineirão; sobre o envio de cópia de todos os procedimentos que culminaram com a celebração do contrato, inclusive cópia desse contrato; sobre o valor investido pelo Estado nas obras referentes ao contrato; e se o governo do Estado ainda direciona valores ao Mineirão e por quê. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 783/2019, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – em Belo Horizonte pedido de providências para revisão da suspensão parcial das escolas integrais bem como para a retomada das atividades dessas escolas em todo Estado. – Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado . Anexe-se ao Projeto de Lei nº /, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Professor Irineu. Anexe-se ao Requerimento nº 766/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 360/2019, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja o Projeto de Lei nº 429/2019 distribuído à Comissão de Esporte para parecer.

Nº 362/2019, do deputado Douglas Melo, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.471/2016.

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso IV do art. 173, c/c o inciso I do art. 284, do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO Nº 771/2019

Da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que a nova resolução que vier a regulamentar o processo de indicação dos diretores das escolas estaduais preveja a possibilidade de utilização das provas referentes aos anos de 2014, 2015 e 2018 e não apenas as relativas aos anos de 2015 e 2018, conforme já adiantado pelo Estado.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões do Trabalho e de Direitos Humanos.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença, nas galerias, de alunos de direito da Faculdade Arnaldo, cumprimenta-os e dá as boas-vindas a todas e a todos. Sintam-se em casa.

Oradores Inscritos

– Os deputados Professor Irineu, Virgílio Guimarães, Cleitinho Azevedo, Delegado Heli Grilo e Coronel Henrique proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****Abertura de Inscrições**

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, tendo em vista o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.428/2011, do deputado Luiz Henrique, determina, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, sua anexação ao Projeto de Lei nº 592/2019, do deputado Doutor Jean Freire, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 11 de abril de 2019.

Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma Decisão da Presidência proferida em 4 de abril de 2019 e determina a anexação do Projeto de Lei nº 5.494/2018, do deputado Léo Portela, ao Projeto de Lei nº 873/2015, do deputado Sargento Rodrigues, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 11 de abril de 2019.

Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n.ºs 647/2019, da Comissão de Segurança Pública, 752 a 755, 759 e 761/2019, da Comissão de Saúde, 758 e 760/2019, da Comissão de Agropecuária, 762/2019, da Comissão de Cultura, 764/2019, da Comissão de Minas e Energia, 765, 767 a 769 e 777 a 779/2019, das Comissões de Transporte e de Defesa do Consumidor, e 772 e 773/2019, da Comissão de Educação. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões do Trabalho – aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 10/4/2019, dos Requerimentos n.ºs 561/2019, do deputado Charles Santos, e 610/2019, do deputado Doutor Jean Freire; e

de Direitos Humanos – aprovação, na 6ª Reunião Ordinária, em 10/4/2019, dos Requerimentos n.ºs 522 a 525/2019, da Comissão de Assuntos Municipais (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário n.º 362/2019, do deputado Douglas Melo, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei n.º 3.471/2016 (Arquive-se o projeto.).

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 16/4/2019.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/3/2019

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Raul Belém e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos nas questões ambientais do Projeto de Lei n.º 367/2019, de autoria do governador do Estado, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n.ºs 33, 96, 319, 445, 488 e 764/2019. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

n.º 837/2019, dos deputados Noraldino Júnior e Osvaldo Lopes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a situação atual das unidades de conservação estaduais sob a gestão do Instituto Estadual de Florestas, com destaque para infraestrutura, situação financeira, pessoal, regularização fundiária e compensações ambientais;

n.º 838/2019, dos deputados Noraldino Júnior e Osvaldo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de providências para que seja aberta ação civil pública contra um tenente da Polícia Militar de Passos e sua mãe por cometimento de grave dano ao meio ambiente por envenenamento de, pelo menos, sete cães e três gatos, fato registrado por câmeras de monitoramento do município, e para que lhes sejam aplicadas as sanções cabíveis previstas na Lei n.º 22.231, de 2016.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Simone Alvarenga Borja Bottrel, coordenadora-geral do Subcomitê de Bacias Hidrográficas Águas da Moeda, representando a Sra. Míriam Aparecida Santos Almeida, colaboradora do Projeto Fechos Eu Cuido; e os Srs. Diogo Soares de Melo Franco, subsecretário de Gestão Regional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando o secretário; Marcelo da Fonseca, chefe de Gabinete do Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam, representando a diretora-geral do Igam; e Adriano Nascimento Manetta, conselheiro do Copam, vice-presidente da Câmara do Mercado Imobiliário. A presidência concede a palavra ao deputado Raul Belém, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2019.

Noraldino Júnior, presidente – Carlos Pimenta – Osvaldo Lopes.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/4/2019

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados João Magalhães, Osvaldo Lopes, Leonídio Bouças, Raul Belém e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.394/2018, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, no 1º Turno (relator designado: deputado João Magalhães). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 221/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.107/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulada moção de repúdio ao secretário de Estado de Fazenda e ao presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg – por não terem comparecido na 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública, que debateu a greve dos servidores da Jucemg;

nº 1.108/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhadas ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Fazenda e à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg – as notas taquigráficas da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública, que debateu a greve dos servidores da Jucemg;

nº 1.109/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg – pedido de informações sobre o cumprimento das metas de trabalho da referida autarquia durante o atual período de greve de seus servidores públicos e também sobre o noticiado adoecimento de seus servidores;

nº 1.116/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de providências com vistas a verificar eventual descumprimento de acordo judicial homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 1.0000.17.074119-3/000, em trâmite na 1ª Seção Cível, relatado pelo desembargador Wander Marotta, cujas partes autoras são o Estado de Minas Gerais e outros e a parte ré é a Associação dos Servidores da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Asjuc;

nº 1.117/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais – MPT-MG – pedido de providências para que averigue as condições de trabalho na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg –, tendo em vista o adoecimento de seus servidores públicos, relatado na 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública, ocorrida em 19/3/2019;

nº 1.118/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Celinho Sintrocel, Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que quite o débito com a Fundação São Francisco Xavier – Hospital Márcio Cunha, visando garantir a retomada e a regularização do atendimento dos beneficiários do Ipsemg;

nº 1.119/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que determine o repasse ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – dos recursos para o pagamento do pecúlio e do seguro coletivo;

nº 1.120/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que regularize as contas do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, para fins da retomada e da regularização do atendimento dos beneficiários, principalmente da compra de medicamentos e disponibilização dos equipamentos de saúde, conforme a demanda do referido instituto;

nº 1.121/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Celinho Sintrocel, Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que quite o débito com a rede credenciada, na Capital e nos demais municípios, ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, garantindo a retomada e a regularização do atendimento dos beneficiários do referido instituto;

nº 1.122/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Celinho Sintrocel, Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que assegure a autonomia orçamentária, financeira e administrativa do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – e informe a esta Casa que medidas serão tomadas para isso;

nº 1.123/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Celinho Sintrocel, Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o montante repassado para o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – no ano de 2019, referente às receitas próprias a que o instituto faz jus desde 1º de janeiro até 10 de abril;

nº 1.124/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão por não haver comparecido na 5ª Reunião Ordinária da comissão, ocorrida em 26/3/2019, que debateu a atual situação do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg;

nº 1.145/2019, do deputado João Magalhães, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para conferir ao Sr. Antônio Hamilton Martins Mourão, vice-presidente da República, o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais;

nº 1.146/2019, do deputado João Magalhães, em que requer seja realizada audiência pública para apurar a ruptura de acordos previstos na Lei nº 22.549, de 2017, e no Decreto nº 47.210, de 2017, que permitem a quitação de créditos tributários por meio de dação em pagamento com bens imóveis;

nº 1.147/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fechamento da Unidade de Atendimento Integrado – UAI – Barro Preto, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, bem como para verificar se a medida atingirá outras unidades na capital e no interior;

nº 1.149/2019, do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para que sejam convocados os agentes de segurança penitenciários aprovados no processo seletivo simplificado regido pelo Edital nº 1/2018, tendo em vista que os respectivos candidatos foram submetidos a rigoroso curso de formação e estão aptos a reforçar o sistema prisional mineiro;

nº 1.150/2019, do deputado Repórter Rafael Martins, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 443/2019, que dispõe sobre a regulação das sanções aplicáveis aos gestores municipais em razão da excepcional situação de atraso nos repasses orçamentários previstos no art. 158, III e IV, da Constituição da República, bem como na Lei nº 11.494, de 2007, durante o período compreendido entre 2016 e 2019;

nº 1.085/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater o possível fechamento de escolas estaduais na capital e no interior (emendado pela deputada Beatriz Cerqueira);

Após recebimento pelo presidente da comissão, é adiada a votação, a requerimento do deputado Sargento Rodrigues, do Requerimento nº 1.095/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública para debater o anteprojeto de lei que dispõe sobre a Lei Orgânica do Sistema Prisional.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2019.

João Magalhães, presidente – Osvaldo Lopes – Sargento Rodrigues – Beatriz Cerqueira.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/4/2019

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bartô, Douglas Melo e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bartô, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 1.104/2019, dos deputados Douglas Melo, Carlos Pimenta e Cleitinho Azevedo, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas para debater o processo de licitação e privatização da BR135, através da Concessão Setop nº 004/2018, e o início de cobrança das taxas de pedágio nos postos localizados entre Belo Horizonte e Montes Claros. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2019.

Bartô, presidente – Cleitinho Azevedo – Elismar Prado.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/4/2019

Às 16h7min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Thiago Cota e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Marco

Antônio S. C. Castello Branco, presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge, publicado no *Diário do Legislativo* em 21/3/2019. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 459/2019 (voto contrário da deputada Laura Serrano). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 786 e 788/2019, do deputado Noraldino Júnior; 877/2019, do deputado Glaycon Franco; 883/2019, do deputado Antônio Carlos Arantes (voto contrário da deputada Laura Serrano); e 918/2019, do deputado Thiago Cota. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 1265/2019, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater o estágio atual do cooperativismo em Minas Gerais, na 1ª semana de julho, por ocasião das comemorações do Dia Internacional do Cooperativismo. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2019.

Glaycon Franco, presidente – Laura Serrano – Professor Irineu.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/4/2019

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados João Leite, Gustavo Mitre e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Gil Pereira, Dalmo Ribeiro Silva, Inácio Franco e Celinho Sintrocel. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a priorização de trechos ferroviários no Estado com a participação da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência agradece a participação, mediante videoconferência, dos seguintes convidados: Srs. Evandro da Silva Soares, chefe de gabinete, representando o Sr. Jamil Megid Júnior, secretário Nacional de Transportes Terrestres; Ismael Trinks, diretor do Departamento Ferroviário da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres; e André Luis Ludolfo da Silva, coordenador-geral da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Diogo Oscar Borges Prosdocimi, subsecretário de Regulação de Transportes da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas; Carlos Isaildon Mendes, prefeito de Janaúba; Antônio Augusto Moreira de Faria, coordenador da Minas Trilhos; Silvio Cunha Moraes, diretor comercial da Setrans; e Marco Venício Gomes Pinto, funcionário da Setrans. O presidente, na condição de coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após passa a palavra aos deputados Gustavo Mitre e Roberto Andrade, demais coautores do requerimento. Em seguida passa a palavra à deputada Marília Campos e aos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gil Pereira, Inácio Franco e Celinho Sintrocel. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 1.195/2019, da deputada Marília Campos, e dos deputados João Leite, Gustavo Mitre, Dalmo Ribeiro Silva, Gil Pereira e Celinho Sintrocel, em que requerem sejam encaminhados à Secretaria Nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura o Relatório Final da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras da última legislatura e as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária dessa comissão, que teve por finalidade debater a priorização de trechos ferroviários no Estado, com a participação da referida secretaria, mediante videoconferência. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2019.

Gustavo Mitre, presidente – Marília Campos.

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/4/2019**

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira (substituindo a deputada Marília Campos, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Celinho Sintrocel e André Quintão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Ilva Maria Franca Lauria, coordenadora da Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social, publicado no *Diário do Legislativo* em 23/3/2019. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 5.332/2018 (André Quintão), 5.339/2018 (Gustavo Valadares), 5.430/2018 (Marília Campos) e 425/2019 (deputado Mário Henrique Caixa), todos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 357/2019 (relator: Celinho Sintrocel), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 459, 499 e 500/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.169/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Celinho Sintrocel e Mauro Tramonte, em que requerem sejam encaminhadas ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a situação dos empreendimentos atingidos pela Barragem I da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho;

nº 1.170/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Celinho Sintrocel e Mauro Tramonte, em que requerem seja encaminhado à Vale S.A. pedido de providências para que dê preferência às empresas e trabalhadores locais na contratação para obras, atividades e serviços de recuperação e reparação dos danos decorrentes do rompimento da Barragem I da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho;

nº 1.171/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Celinho Sintrocel e Mauro Tramonte, em que requerem seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam – pedido de providências para que o monitoramento da qualidade da água da Bacia do Rio Paraopeba seja feito diariamente até a Represa de Três Marias, com ampla divulgação dos resultados;

nº 1.172/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Celinho Sintrocel e Mauro Tramonte, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para encaminhar à comissão cópia dos contratos de fornecimento de energia elétrica para a Vale;

nº 1.173/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Celinho Sintrocel e Mauro Tramonte, em que requerem seja encaminhado à Vale pedido de providências para que assuma o pagamento de todas as dívidas vencidas e vincendas dos trabalhadores rurais atingidos pelo rompimento da Barragem I da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, contraídas junto ao Pronaf, ao Banco do Brasil e outros, em decorrência de sua atividade produtiva, e providencie o rápido reassentamento dos agricultores familiares, arrendatários e meeiros para que possam retomar suas atividades;

nº 1.174/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Celinho Sintrocel e Mauro Tramonte, em que requerem seja encaminhado à Vale pedido de providências com vistas a enviar relatório sobre as ações executadas na primeira fase de atendimento emergencial à população e sobre o montante dos recursos repassados pela empresa aos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem I da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho;

nº 1.175/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Celinho Sintrocel e Mauro Tramonte, em que requerem seja encaminhado à Vale pedido de providências para encaminhar a esta Casa a matriz de reparação elaborada pela empresa em face do rompimento da Barragem I da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, conforme informado por seu representante, Marcelo Klein, na audiência pública realizada pela comissão em 2/4/2019;

nº 1.192/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater e fazer um balanço dos dois anos da Reforma Trabalhista e os prejuízos percebidos pela classe trabalhadora com a nova legislação;

nº 1.193/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o modelo de privatizações adotado pelo atual governo e as suas consequências para a classe trabalhadora.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/4/2019

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Irineu, Gustavo Mitre, Professor Cleiton, Virgílio Guimarães e Charles Santos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Virgílio Guimarães, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente da comissão. Registram-se as candidaturas do deputado Professor Irineu para o cargo de presidente e do deputado Gustavo Mitre para o cargo de vice-presidente. Após votação nominal, são eleitos, por unanimidade, para presidente o deputado Professor Irineu e para vice-presidente o deputado Gustavo Mitre. O presidente *ad hoc* proclama o resultado das eleições e declara empossado como presidente o deputado Professor Irineu, a quem passa a direção dos trabalhos. Em seguida, o presidente, deputado Professor Irineu, declara empossado como vice-presidente o deputado Gustavo Mitre e fixa as reuniões ordinárias para as quintas-feiras, às 15h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2019.

Professor Irineu, presidente – Professor Cleiton – Virgílio Guimarães – Gustavo Mitre.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/4/2019

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Leninha e Andréia de Jesus, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado André Quintão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência suspende os trabalhos da comissão. Reabertos os trabalhos registra-se a presença das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, membros da supracitada comissão e da deputada Ana Paula Siqueira e do deputado André Quintão. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da

comissão e, em audiência pública, debater a situação dos povos indígenas no âmbito federal. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Apinaera Pataxó, cacica pataxó; Sueli Maxakali, liderança indígena; Iara Félix Pires Viana, superintendente de Temáticas Especiais de Ensino da Secretaria de Estado de Educação; Sandra Maria da Silva Andrade, diretora de Finanças da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais; e Cida Falabela, vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Dom Vicente de Paula Ferreira, bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte; e os Srs. Edmundo Antônio Dias Netto Junior, procurador da República; Paulo Tupiniquim, coordenador da Apoinme, cacique xacriabá; José Nunes de Oliveira, prefeito de São João das Missões; Cacique Baiara Pataxó; Francisco Souza, secretário de Educação de São João das Missões; e Pablo Matos Camargo, indigenista da Funai. A presidente e o deputado André Quintão, autores do requerimento, tecem suas considerações iniciais. Logo após, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.242/2019, das deputadas Marília Campos, Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para debater o fortalecimento da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, especialmente os serviços prestados pelos centros de atendimento do Estado;

nº 1.290/2019, das deputadas Leninha, Andréia de Jesus e Ana Paula Siqueira e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à secretária em exercício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário pedido de informações sobre o andamento dos processos de regularização fundiária dos povos indígenas tuxá em Buritizeiro e Pirapora;

nº 1.291/2019, das deputadas Leninha, Andréia de Jesus e Ana Paula Siqueira e do deputado André Quintão, em que requerem sejam encaminhadas à Fundação Nacional do Índio as notas taquigráficas da 8ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a situação dos povos indígenas no âmbito federal e lançar a frente parlamentar estadual em defesa dos povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2019.

Leninha, presidente – Andréia de Jesus.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/4/2019

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes e determina a juntada das respectivas notas taquigráficas. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a ouvir, em audiência de convidados, o superintendente e coordenador adjunto de Gestão de Desastres da Defesa Civil do Estado de Minas Gerais, o representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração Mineral e de Pesquisa, Prospecção, Extração e Beneficiamento do Ferro e Metais Básicos e Demais Minerais Metálicos e Não Metálicos de Brumadinho – Metabase – e o representante do Fórum Sindical dos Trabalhadores, Diretos e Terceirizados, da Vale Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Córrego do Feijão para subsidiarem o trabalho da comissão, instalada para investigar as causas do rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019. A seguir, comunica o recebimento da

seguinte correspondência: ofícios da deputada Leninha, presidente da Comissão de Direitos Humanos, requerendo providências para a apuração de ocorrências listadas no Requerimento nº 1.207/2019 e encaminhando o documento intitulado Minuta de Esclarecimentos/Ações Emergenciais, proveniente da Comissão de Sitiantes do Vilarajo Gongo Soco, no Município de Barão de Cocais; e dos Srs. Lucio Fernando Borges, presidente do Crea-MG, e Marco Antonio Vac, publicados no *Diário do Legislativo* em 4/4/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes Requerimentos nºs 1.230, 1.235 a 1.239, 1.243, 1.244, 1.246 e 1.250/2019. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.292/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão e Noraldino Júnior, em que requerem sejam convocados, na condição de testemunhas, os Srs. Sebastião Gomes, Elias de Jesus Nunes e Waldison Gomes da Silva, sobreviventes do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, a fim de prestarem depoimentos perante a comissão;

nº 1.293/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão e Noraldino Júnior, em que requerem sejam convocados na condição de testemunhas a Sra. Maria Regina Moretti e o Sr. Fernando Alves Lima, sócios da empresa Potamus Engenharia e Hidrologia, a fim de prestarem depoimentos perante a comissão sobre o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019;

nº 1.294/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão e do Noraldino Júnior, em que requerem seja realizada reunião de convidados com a presença das Sras. Karla Brandão, diretora de Regularização da Superintendência de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e Daniela Diniz Faria, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e os Srs. Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Renato Teixeira Brandão, presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto, subsecretário de Regularização Ambiental, Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários, e Antônio Claret de Oliveira Júnior, subsecretário de Fiscalização Ambiental, a fim de que prestem esclarecimentos sobre o rompimento da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019;

nº 1.295/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão e Noraldino Júnior, em que requerem seja realizada reunião de convidados com a presença dos Srs. Victor Hugo Froner Bicca, diretor-geral da Agência Nacional de Mineração, Jânio Alves Leite, gerente regional da Agência Nacional de Mineração no Estado, e Wagner Nascimento, chefe da Divisão de Segurança de Barragens de Mineração da Agência Nacional de Mineração no Estado, a fim de que prestem esclarecimentos sobre o rompimento da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019.

Em seguida, é aprovado o relatório de vista à aldeia Naô Xohã, dos pataxós, em São Joaquim de Bicas, realizada em 1º/4/2019, que segue publicado após assinaturas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa o Maj. PM Marcos Afonso Pereira, superintendente de Gestão de Risco de Desastre da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil; Ten.-Cel. PM Flávio Godinho Pereira, coordenador adjunto da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec; os Srs. Eduardo Armond, representante do Fórum Sindical dos Trabalhadores, Diretos e Terceirizados, da Vale, Atingidos pelo Rompimento da Barragem Córrego do Feijão; e Luciano Ricardo de Magalhães Pereira, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração Mineral e de Pesquisa, Prospecção, Extração e Beneficiamento de Ferro e Metais Básicos e Demais Minerais Metálicos e Não Metálicos de Brumadinho – Metabase. A presidência concede a palavra aos convidados, para suas exposições. Logo após, passa a palavra aos deputados, para que façam suas considerações. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Retiram-se os deputados Gustavo Valadares e Noraldino Júnior. Passa-se à 2ª Fase

da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.296/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, André Quintão e Cássio Soares, em que requerem seja requisitada à Coordenadoria Estadual da Defesa Civil informações e cópia do material relativo ao exercício simulado, realizado em 16 de julho de 2018, do Plano de Ação de Emergência da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, com a relação dos nomes dos profissionais da Defesa Civil e da Vale envolvidos no referido exercício, especialmente dos funcionários da empresa alertados sobre as falhas identificadas pela Defesa Civil na implementação desse plano;

nº 1.303/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, André Quintão e Cássio Soares, em que requerem seja encaminhada ao Ministério Público do Trabalho e ao Juízo da 5ª Vara do Trabalho de Betim cópia das notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária da comissão, especialmente das falas dos Srs. Eduardo Armond, do Fórum Sindical dos Trabalhadores Diretos e Terceirizados da Vale, Atingidos pelo Rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, e Luciano Ricardo de Magalhães Pereira, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração Mineral e de Pesquisa, Prospecção, Extração e Beneficiamento de Ferro e Metais Básicos e Demais Minerais Metálicos e Não Metálicos de Brumadinho – Metabase –, para juntada e consideração nos autos dos processos pertinentes ao desastre em foco;

nº 1.304/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, Cássio Soares e André Quintão, em que requerem seja encaminhado ao Juízo da 5ª Vara do Trabalho de Betim e ao Ministério Público do Trabalho pedido de providências com vistas à liberação, com a máxima urgência, da comunicação de acidente de trabalho das vítimas do desastre de Brumadinho, considerando-se a omissão da Vale relativamente à liberação de tais documentos, sendo certo que cabe a essa empresa a responsabilidade pelo referido procedimento.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2019.

Gustavo Valadares, presidente – Beatriz Cerqueira – Sargento Rodrigues – André Quintão – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Bartô.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho

Local visitado: Aldeia Pataxó Naô Xohã, São Joaquim de Bicas

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 714/2019, de autoria dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel, Sávio Souza Cruz e da deputada Beatriz Cerqueira, a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – da Barragem de Brumadinho esteve, em 1º/4/2019, no Município de São Joaquim de Bicas para visitar a aldeia Naô Xohã, dos Pataxós, impactada pelo rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019.

A visita contou com a participação dos deputados Gustavo Valadares, presidente da CPI, André Quintão, relator da CPI, Noraldino Júnior, Bartô e da deputada Beatriz Cerqueira, acompanhada por Ângohó Pataxó, esposa do cacique, por Tehé Pataxó e alguns outros membros da aldeia.

Relato

Na chegada à aldeia Pataxó Naô Xohã, a comissão foi recebida por ãngohó e por Tehé Pataxó. Conforme seus relatos iniciais, a aldeia surgiu de ocupação feita em 2017, recebeu o nome de Naô Xohã e foi constituída por famílias de indígenas do grupo sob o etnônimo Pataxó Hã-hã-hãe, originário do Sul da Bahia. Essas famílias antes viviam no meio urbano, sobretudo em Belo Horizonte, trabalhando em atividades precárias e no artesanato, e o retorno ao meio rural, nas proximidades de um curso de água – já que têm nas águas e na divindade Txopai o protetor das águas, a referência de sua criação – foi um projeto de realdeamento, visando ao resgate da cultura e dos modos de vida indígenas.

ãngohó e Tehé passaram à comissão as seguintes informações: hoje vivem cerca de 28 a 30 famílias na aldeia Naô Xohã, totalizando em torno de 115 a 120 pessoas, muitas das quais não estavam na aldeia naquele momento porque tinham ido para Brumadinho ou Belo Horizonte a fim de obter os documentos exigidos pela Vale S.A. para o cadastro como atingidos (CPF, inclusive para crianças, e título de eleitor); pleiteiam a demarcação das terras que ocupam, uma área verde de 327ha; chegaram ali há cinco anos, e a aldeia tem a atual conformação há dois anos; a área fica próxima do acampamento Pátria Livre, do Movimento dos Sem Terra – MST –, em terras pertencentes à empresa mineradora Ferrous Resources do Brasil (em Brumadinho, Ferrous Esperança Mineradora); a aldeia está a 22km da barragem rompida.

Na chegada dos parlamentares, foi realizado um ritual de boas-vindas, com cânticos e dança da etnia Pataxó. Na sequência, os visitantes percorreram parte da aldeia, onde estão as habitações, e um pequeno trecho da margem do rio, bem próximo.

Ao longo desse percurso, foram relatadas as condições da aldeia e do Rio Paraopeba naquele ponto, após o rompimento. ãngohó e Tehé disseram que ficaram os primeiros 15 dias sem água potável, depois receberam doações da sociedade civil de água mineral, o que gerou o acúmulo de lixo plástico na aldeia e, depois, um caminhão-pipa enviado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Em seguida, a Vale fez um desvio em uma adutora da Copasa próxima. Porém a água veio inicialmente com sujeira e depois com muito cloro, o que tem gerado reações digestivas e adoecimento, em especial nas crianças, por não estarem habituados a consumir esse tipo de produto, já que a água utilizada pela aldeia vinha de uma nascente próxima ao rio, agora também contaminado pelos rejeitos da mineração após o rompimento da barragem no Córrego do Feijão. Quanto à alimentação, informaram que a Vale entregou cestas básicas na aldeia em apenas duas ocasiões. Mas essas cestas não respeitam os hábitos alimentares dos Pataxós e nem mesmo uma lista indicada pelo Ministério Público Federal, em conjunto com representantes da tribo. Além disso as guarnições de carne e peixe são entregues todas de uma só vez, não existe local apropriado para a conservação desses alimentos, e eles chegaram até mesmo a receber peixe estragado.

Outros problemas decorrentes do desastre foram relatados ao longo da visita. A falta de fonte regular de água afeta o consumo do produto pelas pessoas, bem como impossibilita a dessedentação animal – cães têm adoecido e morrido, pois é impossível impedir que bebam, em algum momento, a água do Rio Paraopeba, cuja margem se encontra a 10m da entrada da aldeia, impossibilita a irrigação, reduzindo, dessa forma, a produção de alimentos. Dos ligados às questões de saúde, para além do já mencionado quanto à qualidade da água para consumo e à alimentação, foram mencionados os seguintes pontos: dificuldade para a manutenção de condições mínimas de higiene, pois a aldeia possui apenas um banheiro, e é impossível entrar no rio; em São Joaquim de Bicas, os indígenas não são reconhecidos para atendimento na Unidade de Pronto Atendimento; não têm como se deslocar em casos de emergência, que têm sido mais frequentes, o que os torna dependentes da ajuda e do carro dos vizinhos do acampamento do MST; e há crianças com vacinas atrasadas. Dos problemas decorrentes das condições gerais da região, falou-se da ausência de visitantes na aldeia, com a consequente queda na venda do artesanato e a diminuição ou cessação dessa fonte de renda, gerando a necessidade de deslocamento até alguma cidade para comercializar esses produtos.

Na margem do Rio Paraopeba, onde pôde ser observada a coloração marrom e a alta densidade das águas, ãngohó mostrou a intensa concentração de barro e de minério de ferro depositados no leito e na beira. Contou que, ao serem avisados sobre o

rompimento da barragem, foram para a beirada do Paraopeba e viram a lama chegar no dia seguinte, por volta das 9 horas. Junto com ela viram muitos peixes mortos e alguns capacetes. Depois ficaram sabendo que os capacetes utilizados na mina jamais se desprendem das cabeças. Desde então, têm realizado rituais de cura para tentar salvar aquele “rio sangrento” – no relato da esposa do cacique, os Pataxós ocuparam aquela terra para cuidar do rio e da floresta. Ela também mostrou o pontilhão com linha férrea logo adiante, sobre as águas, por onde passam constantemente trens carregados com minério de ferro, dia e noite, e um pôde ser visto logo em seguida. Ela afirmou que a atividade mineradora não parou na região, pelo contrário, tem se intensificado após o rompimento da barragem e, na Ferrous, as pilhas com depósito do mineral extraído são, agora, em quantidade muito maior do que era antes observado. Ainda segundo ãngohó, continua a correr lama e rejeito pela cratera onde rompeu a barragem.

Além de todas as adversidades relatadas, os indígenas que receberam os membros da CPI enfatizaram sua principal dor, uma dor muito particular: a Vale não reconhece o rio como atingido, e ele é o maior atingido e não pode ser sepultado; muito mais do que fornecedor de alimento, o rio, para eles, é sagrado, é parte da família, é vida, é Txopai. Nas palavras de ãngohó Pataxó: “O rio é o deus que nos criou. Sem água, hoje ninguém vive. Estamos sem nossos rituais nas águas, nossas crianças não se banham mais no rio e não há mais peixes”. Para ela, a diferenciação da condição indígena não tem sido respeitada para efeitos de reparação e de garantia dos direitos. E isso diz respeito não apenas à relação que têm com o rio, mas também à mudança em toda a forma de vida e de produção da cultura indígena e, em especial, à perda da paz que antes tinham naquela aldeia.

Nesse sentido, a esposa do cacique afirmou que a indenização emergencial a ser paga pela Vale não é suficiente para reparar os danos sofridos, e os indígenas não desejam viver do “dinheiro sujo” da empresa. O que reivindicam é: a regularização fundiária dos 327km que pleiteiam – sugerem que essa área seja adquirida da Ferrous pela Vale e doada à União, para que seja feita a demarcação da aldeia; a construção de uma escola para que as crianças e os jovens não precisem sair da aldeia para estudar e, assim, possam receber uma educação que considere sua cultura e sua língua; atenção à saúde compatível com seus direitos previstos pela legislação; e um carro para as atividades fora da aldeia.

Ao final da visita, ãngohó Pataxó discursou em prol da união de todos para salvar Minas Gerais e suas águas, agradecendo a presença dos membros da CPI.

Conclusão

A CPI da Barragem de Brumadinho cumpriu a finalidade da visita, pois verificou in loco os impactos, na aldeia Pataxó Naô Xohã, do rompimento da Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25/1/2019.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2019.

André Quintão, relator.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/4/2019

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho Sintrocel, André Quintão e Elismar Prado (substituindo a deputada Marília Campos, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Delegada Sheila e os deputados Cleitinho Azevedo e Delegado Heli Grilo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a renovação dos contratos dos agentes de segurança penitenciários e socioeducativos do Estado e o Projeto de Lei nº 4.697/2017, que propõe alteração na lei que dispõe sobre a contratação por tempo indeterminado para atender a necessidade evidente de interesse público. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Ronan Rodrigues,

presidente da União Mineira dos Agentes Prisionais de Minas Gerais, Marco Antônio de Paula Assis, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais – Sindepominas –, e Alex Batista Gomes, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais – Sindsisemg. A presidência concede a palavra ao deputado Elismar Prado, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.281/2019, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos trabalhadores do UAI Praça 7 e do UAI Barro Preto;

nº 1.282/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Celinho Sintrocel e André Quintão, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o futuro da Rádio Inconfidência;

nº 1.283/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a situação da MGS, em especial sobre a demissão de trabalhadores após o fechamento do UAI – Unidade Barro Preto;

nº 1.338/2019, das deputadas Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira e dos deputados Mauro Tramonte, Alencar da Silveira Jr., André Quintão, Betão, Carlos Henrique, Carlos Pimenta, Celinho Sintrocel, Coronel Henrique, Coronel Sandro, Delegado Heli Grilo, Doutor Jean Freire, Duarte Bechir, Elismar Prado, Fernando Pacheco, João Leite, Marquinho Lemos, Osvaldo Lopes, Professor Cleiton, Professor Irineu, Professor Wendel Mesquita, Sávio Souza Cruz e Zé Guilherme, em que requerem seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências com vistas à reabertura da Unidade Integrada de Atendimento do Barro Preto – UAI – e à realocação de seus servidores e daqueles que foram dispensados da Unidade Praça Sete, considerando-se o comprometimento do atendimento ao cidadão mineiro da capital e do interior, uma vez que foram dispensados 270 servidores;

nº 1.376/2019, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater as estratégias de reparação aos atingidos pelo rompimento da Barragem I da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho;

nº 1.383/2019, do deputado Elismar Prado, em que requer seja enviado ofício ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, solicitando urgência na apreciação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.697/2017, de autoria do deputado Elismar Prado, cuja relatoria foi distribuída ao deputado Bruno Engler; e, ainda, sejam enviadas as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, que teve por finalidade debater a renovação dos contratos dos agentes de segurança penitenciários e socioeducativos do Estado e o Projeto de Lei nº 4.697/2017, que propõe alteração na lei que dispõe sobre a contratação por tempo indeterminado para atender a necessidade evidente de interesse público.

O Requerimento nº 1.375/2019, do deputado André Quintão e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a extinção da Rádio Inconfidência AM e suas consequências, foi considerado prejudicado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente – André Quintão – Elismar Prado.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/4/2019

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, Betão e Elismar Prado (substituindo a deputada Marília Campos, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número

regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 561 e 610/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 1.402/2019, do deputado Celinho Sintrocel e do deputado Elismar Prado, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para alterar o edital do Processo Seletivo Simplificado nº 6, de 2018, que visa à contratação de agentes de segurança socioeducativos e à formação do quadro de reserva, para atuação nas regiões integradas de segurança pública – Risp –, para que o tempo de afastamento a que se refere a Lei nº 18.185, de 2019, seja exigido apenas como requisito para a posse, após a aprovação no curso de formação; e seja encaminhado ao referido órgão as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a renovação dos contratos dos agentes de segurança penitenciários e socioeducativos do Estado e o Projeto de Lei nº 4.697/2017, que propõe alteração na lei que dispõe sobre a contratação por tempo indeterminado para atender a necessidade evidente de interesse público. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. São ouvidos os Srs. Luan Henrique Pereira, funcionário do UAI Praça 71, Landstone, representante do Sinttel-MG, e Salin Moreira Kalil, funcionário do UAI Barro Preto. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente – André Quintão.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/4/2019

Às 17h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho Sintrocel e André Quintão, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Mauro Tramonte. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o anunciado fechamento da Rádio Inconfidência AM e a situação de seus servidores. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Solanda Steckelberg Silva, secretária adjunta da Secretaria de Estado de Cultura, representando o secretário de Estado de Cultura; Alessandra Cezar Mello, presidenta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais – SJPMG; Lina Patrícia Rocha, diretora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e representante dos servidores da Rádio Inconfidência; e Florence Poznanski, coordenadora regional do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; e os Srs. Ronan Scoralick Abdo, presidente da Rádio Inconfidência; Kiko Ferreira, presidente da Fundação TV Minas – Cultural e Educativa; e Rogério Correia, deputado federal. O presidente, deputado Celinho Sintrocel, coautor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Em seguida passa a palavra para os demais coautores, deputada Beatriz Cerqueira e deputado André Quintão, para que façam suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente – André Quintão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares, Glaycon Franco e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, ouvir a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Fundação Estadual do Meio Ambiente, a Agência Nacional de Mineração e a Gerência Regional da Agência Nacional de Mineração no Estado sobre o rompimento da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2019.

Gustavo Valadares, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/2019, às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes das atividades minerárias em Itabirito e região, bem como as reiteradas violações de direitos humanos dos atingidos pela mineração nessas localidades.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2019.

Leninha, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/4/2019, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a possível interrupção do apoio do governo estadual às escolas família agrícola – EFAs – e conhecer a pedagogia da alternância praticada nas EFAs como potencializadora da educação do campo em Minas Gerais.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2019.

Leninha, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 17/4/2019, às 8h15min, ao Centro Socioeducativo de Ipatinga, nesse município, com a finalidade de se apurarem as condições de internação dos jovens no referido centro.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2019.

Leninha, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/4/2019**

O deputado Carlos Pimenta* – Sr. Presidente, deputado Cristiano, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhoras e senhores, o jornal *O Tempo*, na sua publicação de hoje, traz matéria segundo a qual o Estado acaba com o ensino integral na maioria das escolas do Estado de Minas Gerais. A senhora secretária esteve hoje na Comissão de Educação discutindo esse tema. Infelizmente, por causa da coincidência de horário com o da reunião da Comissão de Saúde e, posteriormente, com o da Comissão de Energias Renováveis, da qual participamos até as 13h40min, não pude estar presente. Pelo menos eu me poupei de ouvir da secretária de Estado de Educação de Minas Gerais que o Estado está acabando com a maioria das escolas de tempo integral por falta de recursos para custear a merenda escolar.

É duro escutar uma alegação dessa, principalmente levando-se em conta que essa medida impactará cerca de 111 mil alunos que participam do período de tempo integral nas nossas escolas públicas e 9 mil professores designados. Pelo pouco que sei, parte da merenda escolar é financiada pelo governo federal. Parece-me que dos R\$2,00 por aluno, R\$1,00 é financiado pelo governo federal e R\$1,00, pelo governo do Estado.

É impossível pensar na menor possibilidade de crescimento, caro colega e amigo Glaycon, quando não se investe, quando não se prioriza essa escola básica. É por isso que Minas tem dado saltos de retrocesso quando se avalia o Ideb, quando se avaliam todos os números ligados a Minas Gerais. Nós, que estávamos nos primeiros lugares, estamos indo para o fim da fila dos estados brasileiros, estamos muito atrás de Pernambuco e de outros estados que não têm a capacidade financeira que Minas Gerais tem. Já vi cortarem recursos de todos os setores. Se não tem dinheiro para fazer determinada obra, se não tem dinheiro para aplicar e investir em determinado setor, dois pontos são essenciais num estado que quer progredir e se desenvolver: a saúde e a educação.

A saúde está nessa situação que estamos vendo aí. Ainda ontem discutíamos, Glaycon, a paralisação dos nossos hospitais regionais e as dificuldades pelas quais está passando a maioria dos hospitais de Minas Gerais.

Aliás, volto a repetir e a bater na mesma tecla: no dia 25 agora, o Hospital Santa Rosália, de Teófilo Otôni, com mais de trezentos e cinquenta leitos de UTI, pronto-socorro, alta e média complexidade, estará marcado e fadado a fechar suas portas. Um dia antes, vamos nos reunir aqui na Assembleia Legislativa, em uma audiência pública.

Então, não há como economizar na saúde. Se uma pessoa não tem dinheiro, não tem recurso e precisa de um medicamento, o Estado tem que socorrê-la. E faltam medicamentos básicos, essenciais: remédio para pressão, para diabetes, para hipotireoidismo, etc. Se você chegar ao posto de saúde e procurar, não conseguirá. Inventaram uma malfadada consulta W – um nome até engraçado –, em Minas Gerais, e o paciente não tem o direito de escolher seu médico ou o hospital para fazer uma cirurgia, Pacheco. O paciente é encaminhado para a Secretaria Municipal de Saúde, onde é encaminhado para um especialista da rede estadual; é feito o diagnóstico, ele volta para a secretaria e cai na fila única, sem saber quando vai ser operado ou atendido nem em que hospital, porque tem que

obedecer à disponibilidade, na fila única, e muito menos quem é o médico que vai atendê-lo, pois tem que ser o que estiver de plantão, naquele hospital, naquele dia em que for a sua vez. Eles procuram, de todas as maneiras, dificultar a vida do cidadão. Não sei se isso partiu do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais ou do Ministério Público, pois, muitas vezes, as determinações saem da mesa de um procurador, de um promotor de justiça que, muitas vezes também, não conhece o dia a dia, o sofrimento por que passam os pacientes do SUS.

Então, com relação a esses dois setores, não há como postergar, adiar mais uma decisão de se fazer um exame, de se fazer uma cirurgia, ou atender as nossas crianças. Elas estão exatamente na linha de confronto, na linha de pensamento dos gestores, que estão fazendo essa baderna, essa bagunça toda no nosso estado. Estou falando, João, de uma reportagem do jornal *O Tempo* com a informação de que vão acabar com o ensino integral na maioria das escolas. O senhor sempre fala de sua mãe, que foi professora, e estamos vendo isso aqui. São 111 mil alunos, e pobres; alunos que, muitas vezes, vão à escola para se alimentar um pouco melhor; vão para a escola para ter condições de evoluir em seus estudos. Entretanto, essas escolas em tempo integral vão acabar. Isso não é possível. Fico imaginando o constrangimento da secretária aqui, hoje, para anunciar que, por falta de R\$1,00 por aluno, não há dinheiro para comprar a merenda e, por não haver merenda, vão terminar com as escolas em tempo integral.

Esta Casa não pode ter esse comportamento passivo. Estou achando a turma deste mandato, desta legislatura meio acanhada. Há companheiros como o Cleitinho, que é meio estourado – e tem que ser dessa maneira mesmo, pois a indignação nos obriga, muitas vezes, a falar as coisas –, mas não podemos ficar desse jeito, Cleitinho. O governo manda 700 vigilantes embora, e a gente grita, esperneia, fala uma coisa e outra, mas não vê solução. Depois, vem a MGS, e a turma toda vai para a rua.

Nessas escolas estão exatamente as pessoas mais pobres, mais vulneráveis, e os professores designados que foram convocados a estarem ali para ajudar as crianças. É isso o que está acontecendo. Minas Gerais é isso aí que estamos vendo.

O governador hoje comemora 100 dias de governo, nos Estados Unidos. Ele está lá. A turma toda está lá reunida. Aliás, o secretário de Saúde não pôde comparecer hoje à Comissão de Saúde, mas foi convocado. Ele não pôde vir porque está lá participando do evento dos 100 dias. Estamos vendo aí a saúde claudicante e vendo a educação dessa forma, e isso atinge os mais pobres e humildes. Hoje estaremos aqui xingando um bocado e nos rebelando contra as decisões. Fica o dito pelo não dito.

Vou passar a palavra ao Glaycon e à Marília e depois quero voltar na questão da Unimontes. Por gentileza, Glaycon.

O deputado Glaycon Franco (em aparte)* – Vou ser breve, deputado Carlos Pimenta. A nossa fala vai nessa linha. Aliás, hoje está acontecendo na Comissão de Educação essa discussão a respeito do fechamento de vagas na escola de tempo integral. Lá tive a oportunidade de me manifestar no mesmo sentido e na mesma linha de V. Exa. Pudemos perceber que, na fala da nossa secretária e do nosso vice-líder de governo, foram colocados os dados frios do mérito da situação, e pouco se falou na solução. Então temos que trabalhar isso, e foi o que solicitei naquela audiência, isto é, que não tomemos essa decisão precipitada e que possamos suspender essa medida porque, como V. Exa. disse, vai prejudicar o segmento da população que mais necessita da participação do governo. Vamos prejudicar aquelas famílias que mais necessitam e atuar, negativamente, numa das áreas mais sensíveis e mais caras aos mineiros que é a nossa educação, principalmente a educação das pessoas de famílias mais carentes.

Então fizemos esse apelo ao governo do Estado para que não tome essa medida. Que possamos criar, sim, um grupo de estudo capitaneado pelo presidente desta Casa, o nosso deputado Agostinho Patrus, junto ao governo do Estado e à bancada federal. Queremos poder ir até o governo federal cobrar essa dívida histórica que a União tem com o nosso Estado. Que também possamos sensibilizá-los, e esperamos que eles tenham o mínimo de consciência para não tomarem essa infeliz medida, que será um péssimo exemplo para todo o País. Estamos nessa linha. Espero que possamos sensibilizar o governo do Estado para que ele não tome essa medida que será um verdadeiro desastre.

O deputado Carlos Pimenta* – Muito obrigado, Glaycon. Por favor, Marília.

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Deputado Carlos Pimenta, também estive na audiência da Comissão de Educação e lá tive oportunidade de me manifestar contrariamente a essa política de fechamento das escolas de período integral. Deputado, a cada dia somos surpreendidos, aqui no Plenário ou nas ruas, por uma medida do governo Romeu Zema. Como o senhor mesmo disse, já houve aqui as manifestações dos trabalhadores e trabalhadoras da MGS, também a manifestação dos vigilantes das escolas públicas, e V. Exa. se esqueceu da reforma administrativa, que é uma questão da sua pasta, da sua comissão, já que a sua comissão trata dessa temática, que é a proposta de fechamento da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais.

A meu ver, os problemas de Minas não podem ser enfrentados colocando-se como bode expiatório o servidor público ou com a diminuição do serviço público em Minas Gerais.

Os problemas de Minas Gerais são mais sérios. Claro que estão muito ligados à situação conjuntural de queda de receita, de recessão econômica, de estagnação da economia. Se o governador não fizer um processo de articulação política para enfrentar a raiz do problema, que é lutar para que o governo federal remunere Minas Gerais com aquilo que é devido a ela no que se refere à Lei Kandir – a União deve R\$135.000.000.000,00 –, se o governo do Estado não negociar a dívida do Estado com a União, não estaremos enfrentando o problema e daqui a algum tempo estaremos fechando mais serviços públicos, mais equipamentos públicos.

Assim quero compartilhar da sua intervenção, dizer que também é a minha preocupação e que também tem sido a minha postura denunciar e discordar dessa linha. E quero me colocar disponível para estar junto do governo caso ache necessário promover essa articulação no sentido de defender Minas Gerais e o nosso povo. Já declaro o meu posicionamento contrário a qualquer adesão ao regime de recuperação fiscal, porque isso vai significar não só colocar o servidor público como bode expiatório como também prejudicar as estatais mineiras com venda de empresas como Cemig e Copasa e outras de Minas Gerais. Obrigada.

O deputado Carlos Pimenta* – Obrigado, Marília.

Sr. Presidente, só para encerrar, por gentileza. Então, fica o nosso posicionamento absolutamente consciente e independente. Entendo a extensão que isso vai acarretar.

Queria abordar também a questão da Unimontes, que está sofrendo o pior período de sua história. Não vou ter tempo. Espero fazê-lo na próxima reunião. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Guilherme da Cunha* – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, colegas. Boa tarde, população que se encontra nas nossas galerias e todos que nos acompanham de casa.

Hoje é o centésimo dia da gestão Romeu Zema. É um dia muito importante e significativo.

A gestão começou enfrentando desafios gigantescos. O primeiro deles foi conhecer qual era a real situação do Estado. Infelizmente, durante o período de transição, o ex-governador Fernando Pimentel não colaborou adequadamente, e o governador Romeu Zema teve de conhecer qual era a real situação do Estado, com todas as suas dificuldades e com todos os seus desafios, apenas ao assumir o governo, ao sentar-se à cadeira. Isso prejudicou muito o trabalho, pois atrasou todo o planejamento, e fez-se necessário rever algumas metas e algumas possibilidades.

Além desse imenso desafio de apenas conhecer a realidade do Estado após tomar posse, a realidade em si foi um desafio ainda maior. A situação recebida pelo governo foi de um estado falido. Minas Gerais foi entregue à nova gestão com dívidas já vencidas de R\$28.000.000.000,00. Isso significa servidor sem 13º, fornecedores de itens essenciais, como medicamentos, sem receber há muito tempo, com ameaça imediata, grave e presente de interrupção de serviços públicos essenciais. Ao mesmo tempo em que tinha de planejar fazer o Estado funcionar com base nas dívidas antigas, o governador ainda foi surpreendido por um orçamento que não se traduz em realidade, um orçamento que, infelizmente, é só no papel. A cada mês Minas Gerais encontra um déficit superior a

R\$1.000.000.000,00. Ele faz com que a cada mês o governador tenha de decidir quais contas pagar e quais fornecedores vão ter de levar o cano, sabendo que cada fornecedor que leva o cano é risco de novo serviço parar.

Enquanto tinha de planejar o Estado com todas essas dificuldades, o governador foi surpreendido por um desafio ainda maior, que foi o desastre acontecido em Brumadinho e que virou de cabeça para baixo todas as prioridades, todos os planos, que exigiu atenção imediata e intensa, e que foi atendido. Em meio ao caos, à tragédia, as nossas forças de ação do Estado deram resposta pronta para a necessidade da população e se tornaram referência em todo o País, como demonstra a recente missão humanitária para Moçambique, que se tornou referência também em todo mundo.

O nosso serviço de busca, salvamento e atendimento a catástrofes é referência mundial hoje. E o Estado, entre desastres financeiros e humanos, conseguiu completar esses 100 dias com grandes realizações, e é sobre elas que eu gostaria de falar, com um sorriso no rosto, e apontar para o futuro e saber que virão dias melhores.

A primeira grande realização do governador, invisível, por assim dizer, foi manter em funcionamento os serviços essenciais do Estado. Ao assumir, o Samu estava sob risco de fechamento e interrupção, porque não recebia desde setembro, mas o governador conseguiu mantê-lo em funcionamento. Isso não vira notícia na imprensa, porque, obviamente, ninguém noticia a continuação de um serviço, mas certamente essa foi uma das maiores vitórias da gestão. Além do Samu, ele ainda conseguiu manter farmácias funcionando, postos de saúde funcionando. Os serviços de saúde, com todas as suas dificuldades e alguns passos para trás, continuam funcionando e atendendo à população que tanto precisa.

Na área da educação havia um risco muito severo de as aulas não retornarem na data adequada, porque o Estado tinha dívidas com as escolas, o Estado também tinha dívidas com os municípios relativas à área da educação, e havia turmas e mais turmas sem a designação de professores e sem a definição de horários. Por incrível que pareça, havia outras 300 turmas com professores designados e horários definidos, mas não havia alunos. O caos era completo na área da educação. E, ainda assim, as aulas retornaram no prazo adequado; ainda assim, os nossos alunos voltaram a aprender; ainda assim, as escolas estão funcionando e vemos um futuro melhor para essa geração. Os índices do Ideb relativos a essa geração, assim como a instrução que ela vai receber, serão muito melhores do que os das gerações passadas.

Além dessa importante e invisível conquista de manter o Estado em funcionamento, o governo obteve outras importantes conquistas, e a mais notável delas foi a celebração do acordo com a Associação Mineira de Municípios para a quitação dos débitos do Estado com as nossas cidades. Esse débito totaliza R\$7.000.000.000,00, e é um absurdo que tenha existido. Ao longo dos últimos anos, os governos passados, aliás, o governo passado utilizou o dinheiro que pertencia aos municípios para pagar suas contas e não conseguiu pagar todas elas. Esse dinheiro fez muita falta aos nossos prefeitos, que também passaram a atrasar salários e a suspender alguns serviços essenciais, deixando a população desassistida. Agora o governador celebrou um acordo com a AMM para quitar toda a dívida, porque reconhece que ela é do Estado, e o governo não pode empurrar problema algum, sob o rótulo de que era da gestão anterior, e se escusar de resolvê-lo. Precisamos enfrentar e resolver todos os problemas do Estado. A celebração do acordo com a Associação Mineira de Municípios é uma mostra clara de que o compromisso da gestão Romeu Zema é resolver os problemas de Minas Gerais e jamais empurrar a sujeira para debaixo do tapete. Eu tenho a certeza de que o acordo em si já é uma grande realização da gestão; o acordo em si já é um investimento no futuro de Minas e, com certeza, vai ser honrado, vai ser cumprido, e Minas Gerais vai ser melhor ao final disso.

Para realizar tudo isso e, principalmente, para enfrentar os desafios que ainda virão ao longo do mandato, é necessário haver uma parceria muito forte entre o governo e a Assembleia, entre o governo e nós, representantes de toda a população e crivo pelo qual terá de passar cada política pública para ser mantida, para ser suspensa, para ser ampliada, pois é aqui que os debates acontecem. E é bom que seja assim. Em que pese o governador contar com apenas três parlamentares do seu partido na Assembleia, o fato é que nunca se viu uma Assembleia tão determinada a colaborar com o governo, a ser parceira e amiga. De forma inédita, vemos três blocos

parlamentares subscrevendo a Maioria, o que significa que há 61 deputados que se veem, de alguma maneira, como parceiros deste governo na transformação de que Minas precisa.

E devo ser justo: inclusive entre os parlamentares que compõem o bloco de oposição, que obviamente não subscrevem a maioria, a gente está encontrando diálogo, a gente está encontrando um debate de ideias, a gente está encontrando vontade de fazer as coisas serem melhores. E, a partir dessa vontade de fazer as coisas serem melhores, de construirmos juntos soluções para Minas Gerais, eu tenho certeza de que a Assembleia, neste momento em que Minas mais precisa, vai dar a resposta ágil, célere e eficiente que deu no momento em que assumimos o nosso mandato e demos uma resposta para a questão da mineração, uma resposta para questão das barragens. Pois está nesta Casa aguardando, no momento, designação de relator aqui, em Plenário, e discussão rica e profunda com todos os parlamentares a reforma administrativa.

Já é tempo de a gente colocar a reforma na hora do dia. Já é tempo de a gente finalizar as conversas, de a gente finalizar as negociações em torno dela, para finalmente aprová-la e permitir ao governador ter o Estado à maneira que ele deseja na gestão, para que ele possa perseguir as metas que vão certamente melhorar a vida de todos nós.

É importante que, enquanto fazemos esta discussão, enquanto encerramos essa página da reforma administrativa, a gente não perca de vista uma reforma mais importante que se aproxima no horizonte: a renegociação da dívida ou o ajuste fiscal. Essa nova reforma, digamos, a reforma fiscal do Estado é que vai viabilizar que, num futuro próximo, nos próximos quatro anos, a gente não termine numa situação de beco sem saída, no qual há dinheiro para pagar o professor, mas não há dinheiro para pagar sequer a luz elétrica da escola.

Minas Gerais caminha para esse abismo. Minas Gerais caminha para essa situação. Minas Gerais caminha para viver esses dias terríveis, em que 100% da nossa arrecadação estará comprometida com folha de pagamento. Esse dia não está longe. Esse dia está no horizonte de quatro anos. Isso significa que qualquer serviço de saúde vai ter que ser interrompido, porque não haverá dinheiro para mantê-lo na sua estrutura mais básica; significa que os serviços de educação ficarão sucateados porque não haverá dinheiro para mantê-los na estrutura mais básica.

A única resposta possível é a gente ter a consciência da urgência do momento e ter entre nós um diálogo sério, um diálogo que estabeleça prioridades para o Estado, um diálogo que nos permita fazer as economias necessárias, não para que fique sobrando um caminhão de dinheiro ao final. Não estamos vivendo este momento. Que a gente faça as economias necessárias simplesmente para conseguir pagar a conta ao final, pagar a conta da saúde, pagar a conta da educação, pagar a conta da segurança, e que a gente não dê um cheque sem fundos para a nossa população.

Então, tenho certeza de que a Assembleia será parceira neste momento, como será parceira em vários outros momentos difíceis que teremos ao longo dos próximos quatro anos, porque é com o diálogo que a gente vai resolver os problemas do Estado, e o governo quer esse diálogo. O governo quer as ideias que vão vir daqui, porque o governo quer parceiros na solução, e a solução depende de todos nós.

Foram 100 dias muito difíceis até o momento, mas dos quais tenho muito orgulho, e tenho muita esperança para os próximos. Que venham os próximos 100. Quem venham os próximos quatro anos. E que venha o futuro para Minas. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Delegado Heli Grilo* – Sr. Presidente, deputado Cristiano, colegas deputados, ontem ouvi o deputado Dalmo Ribeiro, parece-me, fazer um comentário sobre as estradas em Minas Gerais. Na minha região – eu já disse aqui sobre algumas delas – eu fiz até um apanhado daquilo que está insuportável, intransitável, e são todas rodovias mineiras, do Estado de Minas Gerais.

Nós temos um pedaço que falta terminar que chamamos de estradão. É um pedaço que liga a BR-262 até a cidade de Perdizes, onde precisam ser feitos 12km.

Não tem cabimento! Foram feitos 12km, e eram 14km. Passaram-se quatro anos, no governo do Pimentel não foi feito nem 1m. Continuam lá os 12km, que precisam ser concluídos. É o que chamamos de Estradão. São 12km, e não é recapeamento nem nada, é terminar, é fazer pavimentação. Mas a base para a pavimentação já foi confeccionada.

Há um pedaço de Iraí de Minas até Nova Ponte que talvez seja um dos piores que já vi: as pessoas são colocadas em risco permanente, porque os carros têm que sair dos buracos e vão de frente com os veículos que estão vindo. Isso é constante lá. Estamos colocando a vida das pessoas em risco. Esse trecho é de 35km, e fica entre Iraí de Minas e Nova Ponte. O governo precisa nos ajudar.

Há também um trecho de Uberaba a Volta Grande, que fica na divisa com São Paulo e entra no Estado de São Paulo. São também 35km que precisam ser recapeados. Foi feito um tapa-buraco, mas isso é paliativo e adianta muito pouco. Lá precisa de recapeamento. Já estive conversando com o pessoal do DEER, e eles entendem essa necessidade. Existe até uma possibilidade de se fazer com baixo custo – não é muito alto –, de se fazer um recapeamento não tão pesado, que não sustente grandes caminhões, mas lá não pode ser feito assim, porque lá há caminhões e mais caminhões das empresas, das usinas da região. Então, precisa ser feito um recapeamento. Do contrário, vão continuar passando só os caminhões, pois os carros pequenos não têm condições de enfrentar aquela estrada.

Há um trecho de 16km da MG-427, que vai até Água Comprida. Sou cidadão honorário do pequeno Município de Água Comprida, fui delegado de polícia lá por 10 anos. São 16km, e também foi feito um tapa-buraco. Até tentaram fazer muito bem feito, mas o que precisa é o recapeamento, senão, daqui uns dias, a cidade estará isolada dos demais municípios mineiros. Estamos brigando por isso também. O prefeito de lá, muito bem, fez um vídeo apelando para a situação. Foi feita a operação tapa-buraco, mas só isso não adianta. Dá para ir tolerando, para ir aceitando, mas precisa ser feito realmente o recapeamento nessa estrada.

De Capelinha do Barreiro, que é um bairro de Uberaba, até Conceição das Alagoas, foi feita pavimentação em parte, acho que numa parceria com a Usina Volta Grande – não tenho muita certeza. Faltam ainda, parece-me, 12km para ser terminada. Ela também está com a base pronta, precisa ser feita essa pavimentação. As pessoas estão lá em dificuldade para transitar, têm de dar volta, porque não têm condições de andar. Com chuva é barro; se secar, é poeira. Então, fica complicado para as pessoas que trafegam naquele setor.

Há a questão da pavimentação do Estradão, que já disse. É um local também de interesse do senhor governador, que é de Araxá. Então, acho que ele precisa nos ajudar. O governador, já disse aqui... O Estado está difícil? Está, deputado. Ele casou com uma viúva? Casou. Mas ele sabia que essa viúva tinha filhos. E quem são os filhos? São essas estradas, são a saúde e a educação. Ele se comprometeu a cuidar dessa menina. Então, está aí. O governador precisa colocar a situação em dia no Estado. Sabemos disso, os deputados têm feito sua parte para ajudar, mas chegou a hora de o governador também fazer a parte dele e nos ajudar nessa questão.

São estradas em que se levam alimentos, se levam suprimentos, em que trafegam estudantes.

E olha por que a gente não sabe disso. Há um trecho, de Perdizes até o Rio Quebra Anzol, que é administrado pelo DEER de Araxá. Esse trecho está bom, dá para trafegar nele tranquilamente, mas quanto ao trecho que pertence a Patrocínio, que começa no Quebra Anzol e vai até a cidade de Patrocínio, lá não tem jeito de andar. Os estudantes que trafegam todos os dias naquele pedaço colocam as suas vidas em risco, porque os veículos vêm se desviando dos buracos e acabam colidindo frontalmente. Então nós precisamos preservar a vida das pessoas, consertar as estradas, arrumar essas estradas e preservar a vida das pessoas. Nós queremos fazer isso, porque, na hora em que começarem a acontecer acidentes com vítimas fatais, o governo vai entender que ele precisa ajudar aquela região do Triângulo Sul e pedaço do Alto Paranaíba.

O deputado Douglas Melo (em aparte)* – Doutor Heli Grilo, nosso delegado e deputado estadual, quero parabenizá-lo pelas palavras, colocações de quem está vendo de perto o problema e está recebendo essa demanda, essa questão das estradas dos seus eleitores, mas, acima de tudo, de cidadãos mineiros.

Eu pedi este aparte justamente na sua fala pelo fato de ser um empreendedor da segurança pública, como outros deputados que temos aqui na Casa. Hoje o povo mineiro acordou assustado com uma matéria divulgada no jornal *O Tempo*, que diz que o governo do Estado acabará com a escola em tempo integral para a maioria dos mineiros ou na maioria das escolas. Não me lembro muito bem qual era o título da matéria, mas o certo é que essa matéria nos trouxe um alerta muito grande. Nós estamos à beira de uma tragédia aqui em Minas Gerais.

Primeiro, o governo suspendeu o concurso da Polícia Militar, a convocação que aconteceria agora, em janeiro. Depois, o governo não apresenta qualquer planejamento ou programação para a convocação dos policiais civis, que já estão prontos, aptos para assumir o cargo, inclusive o senhor vem lutando muito por isso. Por que, nessa questão da escola integral, faço aqui um alerta? Isso é muito sério. Nós estamos falando de mais de 100 mil alunos, que serão impactados pelo fim da escola em tempo integral.

Olha, eu não sei qual é a estratégia que o governo do Estado está utilizando, mas nós estamos na contramão do que o Brasil vem pregando e os países de primeiro mundo vêm fazendo ao longo dos anos. Sabemos que hoje o perfil do pai e da mãe é um perfil diferente de outros anos. O pai e a mãe trabalham, e o filho tem de ter uma escola para aprender uma profissão, não ficar ocioso e ser presa fácil para o criminoso. O senhor sabe muito bem disso, doutor. Com esse anúncio do governo, tem de ficar um alerta para esta Assembleia Legislativa, esse assunto tem de ser debatido e a Assembleia tem de enfrentar essa situação. É inadmissível que Minas Gerais, um estado de tamanha importância, esteja anunciando que a escola em tempo integral vai acabar em grande parte dos municípios.

Esse é um assunto pelo qual devemos lutar, dialogar e, claro, mostrar para o governo do Estado que ele está assumindo o risco de matar o caráter das nossas crianças e adolescentes, que muitas vezes é formado através de uma boa educação na escola em tempo integral. Estamos acabando com a escola em tempo integral e entregando os nossos jovens para o crime. Criança ou adolescente ocioso na rua é um risco que o governo de Minas está assumindo. Obrigado, doutor.

O deputado Delegado Heli Grilo* – Deputado, a minha fala tratava de outro tema, mas estou mais ou menos como o Coronel Sandro: quando falamos em segurança pública, ligo o meu alerta, o meu *start* acontece. A verdade é a seguinte: o fim da escola em tempo integral é você colocar na rua essas crianças e adolescentes que vão ficar por aí.

Eu costumo dizer o seguinte: seja um pai para o seu filho antes que um traficante o adote. Hoje o pai e a mãe trabalham, coitados, o orçamento familiar precisa disso, e as crianças e adolescentes ficam sozinhos em casa. Se não houver uma escola para abrigá-los em tempo integral, eles estarão na rua. E qual será o risco que teremos com esses jovens? De amanhã termos de enfrentá-los diante da criminalidade.

Então, quando foi aprovado o Estatuto do Desarmamento, eu já disse isso aqui, naquele ano o presidente da República disse que o Brasil ia experimentar o declínio dos homicídios, e realmente se conseguiu isso. Naquele ano de 2003 houve 34 mil assassinatos; no ano de 2018, o número foi para 65 mil. Então não houve isso, mas também não houve políticas sociais que deveriam acontecer. Por quê? Porque, naquela época, foi feita uma pesquisa que o que mais ajudaria o futuro deste país seria a educação, o ensino profissionalizante, a educação em tempo integral e o esporte e o lazer. Em nada disso houve investimentos. Triplicou-se o investimento na educação, mas parece que o investimento foi errado, porque a nossa educação desceu para tudo quanto é lado.

A minha esposa estudou, a vida inteira, em escola pública, e é médica. Mas a escola pública do passado, deputado, era diferente da que há hoje. Os professores são ótimos, são abnegados, estão ajudando, mas não conseguem disciplinar mais o aluno. Vejo, às vezes, comentários aqui. Aluno precisa ter disciplina, todos nós precisamos de ter disciplina na nossa vida. Quem não tem disciplina não vai a lugar algum, pode ser criança, pode ser adulto.

Hoje eu disse a respeito de se baixar a maioridade penal para 16 anos. A questão da maioridade penal de 16 anos é uma coisa que não precisa nem ser discutida, basta ir numa legislação e falarem o seguinte: menor de idade, com 16, 15 anos, praticou homicídio, latrocínio, sequestro, praticou todo tipo de crime violento e contra a vida, responde no modo do adulto. É só isso. Não

precisam ficar preocupados em baixar, porque, muitas vezes, um menor praticou um crime pequeno, e, se baixar a maioria penal, ele será jogado na cadeia com os adultos. E ele ainda é uma criança ou um adolescente que não está bem assimilado com o crime. Mas se o cara está matando, independentemente da idade que ele tem, já é profissional. Aí podem colocá-lo junto com os bandidos de verdade, porque ele vai ensinar mais.

Então essa questão da segurança, do ensino em tempo integral, é uma ajuda muito grande para se combater a violência lá na frente. Eu sempre disse isso. Você tem toda a razão. Nós, deputados, temos que nos preocupar com isso. E quem tem mais conhecimento, que são os professores, como vocês, devem levar isso ao governo, mostrar que ele está errado, que está navegando contra a correnteza. Na correnteza não se faz isso, a canoa não sobe contra a maré. Então é preciso mostrar para ele que o ensino em tempo integral e o ensino profissionalizante são fatores preponderantes para diminuir a criminalidade, para diminuir a violência lá na frente. Está bem?

Muito obrigado pelo aparte.

Sr. Presidente, declaro encerrado o meu tempo.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire* – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, deputadas e deputados aqui presentes; boa tarde, servidores desta Casa; boa tarde, público que nos assiste. Telespectador da TV Assembleia, você que está em casa e liga a televisão, ou neste horário ou em outro horário, para ver a TV Assembleia, é esperado que veja um bom debate. Independentemente das questões do contraditório, a gente espera um bom debate.

Acabo de sair, e estávamos, desde a manhã, numa audiência belíssima na Comissão de Educação, presidida pela companheira Beatriz, que tratava desse assunto que alguns companheiros trouxeram para cá também: a educação integral. Quero parabenizar a comissão, apesar de que, como disse a Beatriz, faltaram muitas respostas para a gente dar ao povo, aos professores, aos estudantes, aos pais, à nossa Minas Gerais.

No final, a deputada Beatriz fez uma colocação muito importante, e quero, se me permite, deputada, replicar aqui. Já é praxe vemos passar governo e entrar governo, e as pessoas, na hora de fazerem o debate, colocarem a culpa no outro governo. Na sua fala, deputada, estava pensando que realmente, se formos fazer o discurso de começar a colocar os problemas no governo passado, não só a Comissão de Educação, mas todas as comissões terão de convocar, convidar os secretários das respectivas pastas para virem aqui. Na hora em que formos debater a questão da agricultura familiar, vamos convocar o deputado da pasta da agricultura familiar do governo passado para vir aqui dizer da importância de se manter a Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Na hora em que formos debater a questão da saúde, vamos convocar o secretário passado para dialogar, dizer como recebeu, o rombo que recebeu na questão da saúde. E por aí vai.

Estou dizendo isso, meus companheiros e companheiras, porque é muito importante não negarmos a política. É muito importante. É muito importante valorizarmos a política. Esse é o grande ambiente de debate, e se nós mesmos começarmos a achar que não é nesse campo que chegamos a entendimento, que muitas vezes para conseguir aplauso tenho de falar mal da política e do político, não vamos chegar a lugar algum.

Na questão de várias políticas públicas, no mês em que estamos debatendo a questão da escola e da educação de tempo integral, desde a semana passada comecei a receber de vários professores, pais, alunos, de todo o Estado, mas principalmente do Jequitinhonha e do Mucuri, o questionamento sobre por que não foi iniciado ainda... Nós recebemos essa notícia, hoje o jornal *O Tempo* trouxe essa reportagem, que saímos de mais de 1.600 escolas para 500, e, segundo a reportagem, perderão emprego por volta de 9 mil professores. É importante lembrarmos que isso é manter renda na cidade também.

Mas alguns preferem ficar no discurso pequeno e vazio simplesmente da questão da alimentação. E se fossem lá as nossas crianças, simplesmente, deputado Cleiton, para se alimentarem? E se fossem à escola para se alimentarem? Ainda assim, só sabe a dor

do que é a fome quem passou. Alguns falaram da questão de não ser um problema da escola os pais não terem onde deixar seus filhos. Só sabe a dor o jovem, a criança que não teve onde ficar quando o pai teve de sair para trabalhar.

A questão é bem maior e mais ampla, e convido todos os 77 deputados a fazermos coro por isso. Se o programa é importante, independentemente de ter sido criado pelo PSDB, pelo PT, se o programa ainda é importante, as políticas públicas têm que continuar. E é essa a função de cada governo, deputado Elismar, passar o Estado, o País melhor do que recebeu. Isso é importante.

E aí lembramos, e ouvi também em relação à educação – não sei de onde tiram dados –, que nos últimos anos a educação do País vem se deteriorando. Se levarmos em conta os últimos três anos, é verdade, os dois anos e pouco, é verdade. Mas se pegarmos o que houve de avanço nas políticas públicas voltadas para a educação – e tantas outras áreas, mas estamos tratando da educação nesse país, de 2003 para cá –, é inegável, seja eu de qual partido for.

É inegável a criação de institutos federais, do Prouni e do Ciência sem Fronteiras. Tantos jovens de comunidades quilombolas, jovens negros passaram a frequentar universidades e institutos federais. Venho de uma região que recebeu três institutos federais e uma universidade federal. Isso é inegável.

Então, convoco os companheiros e as companheiras para somarmos forças e não só debater, mas também procurar recursos para a manutenção da escola de tempo integral.

O deputado Elismar gostaria de fazer um aparte?

O deputado Elismar Prado (em aparte)* – Estava aguardando para fazer um aparte ao pronunciamento do deputado Gustavo Santana, mas me antecipo parabenizando V. Exa. e dizendo que fiquei estarecido com a notícia do jornal *O Tempo* de hoje. Quero repercuti-la também. O jornal veiculou a informação de que o governo pretende encerrar o programa escola de tempo integral, e isso vai atingir mais da metade de 1.600 escolas, 111 mil alunos e 9 mil professores. A cada dia, a gente fica mais perplexo aqui, nesta Casa. Não só os deputados independentes ou da oposição, mas também os deputados que apoiam o governo estão assustados com essas informações.

O governador Zema obteve uma votação consagrada no Estado. Na região do Triângulo, em muitos municípios ele obteve 90%, 95% dos votos. Então, o eleitor enxergou no Zema uma liderança, um competente gestor privado para gerir os serviços públicos e não para extingui-los. A expectativa foi criada para que ele fosse, de maneira competente, gerir o Estado e os serviços públicos.

As notícias são as piores: fechamento das escolas de tempo integral; demissão de 700 vigilantes que cuidam da segurança nas escolas, superintendências e hospitais; extinção das bolsas de iniciação científica da Fapemig, o que deixou os reitores também muito preocupados; fechamento da Unidade de Atendimento Integrado – UAI Barro Preto –, e outras podem também ser fechadas; as comunidades terapêuticas também – a comissão temática está muito preocupada com o retrocesso da política antidrogas –, e por aí vai.

Então, o eleitor que votou no Zema, que confiou nele, esperava não a extinção dos serviços, mas o aperfeiçoamento, a correção, a melhora na qualidade do atendimento, mais saúde, mais educação e mais segurança. Sem falar na agenda de privatizações, em que constam a Cemig e a Copasa. Ficou comprovado, em outros estados, que, com a privatização, o valor da tarifa aumentou, piorou a qualidade dos serviços e foram geradas cobranças abusivas. Isso ocorre no mundo inteiro onde há a privatização dos serviços de energia elétrica e saneamento. Então, estão numa mobilização para retomarem esses serviços para o Estado. É um caos. Então, é lamentável.

Quero somar-me a todos. Infelizmente, estão querendo implementar o Estado mínimo, em que se extinguem os serviços públicos, extingue-se aquilo que é essencial para a população, principalmente para o trabalhador, para a população mais carente, que precisa desses serviços. Mas continuam cobrando impostos, continuam cobrando a maior carga tributária do País e sacrificando o povo trabalhador. Repito: a população carente não pode pagar a conta dessa crise.

Quero deixar a minha crítica aqui e dizer que vamos resistir no sentido de apelar ao governador que desista dessa ideia e mantenha o programa escola de tempo integral. É isso. Obrigado.

O deputado Doutor Jean Freire* – Obrigado, deputado Elismar, deputado combatente, aguerrido, sempre em defesa do povo. Deputado, nessa linha, sempre digo: sou um dos defensores da ideia de que o Estado deve estar mais presente na vida das pessoas.

Tem aqueles que defendem que seja a iniciativa privada. Acho que o Estado ainda está pouco presente na vida das pessoas e tem que ser assim. E vai fazer 100 dias, que é uma data interessante para que, nós, deputados, possamos avaliar o nosso mandato. Nesse caso, esse novo mandato tem 100 dias. Esperamos que o governo do Estado faça essa avaliação e que a população também faça a contrapartida, faça uma avaliação, assim como deve ser feita uma avaliação em âmbito de governo federal. E aí a gente se sente envergonhado, independentemente de termos votado ou não nesse candidato. Todos nós, brasileiros, nos sentimos envergonhados. Parece que hoje saiu no jornal a notícia de que, nesses primeiros 100 dias do governo da presidência da República, até agora não foi aprovado nenhum projeto do presidente na Câmara dos Deputados.

Deputado André, fiquei procurando os projetos nesses quatro primeiros meses do presidente da República. E o que encontraremos se formos procurar? No mês de janeiro, um grande projeto: “meninos usam azul, meninas usam rosa”. Isso foi debatido no mês de janeiro. Enquanto isso, a reforma da Previdência, o desmonte da Previdência andando. A ministra chegou a dizer que viu Jesus num pé de goiaba. Fico pensando se era de goiaba rosa ou não.

No mês de fevereiro, qual foi o grande projeto que tomou conta das redes de comunicação? Que nossas crianças deveriam aprender a cantar o Hino Nacional. Esse foi um grande debate. Enquanto isso, a reforma da Previdência – o desmonte, porque reformar é transformar algo para melhor – andando. Prosseguindo, no mês de março, a grande discussão em que tentaram envolver os brasileiros era comemorar o golpe militar. Enquanto isso, a reforma, o desmonte, da Previdência andando. No mês de abril, o grande projeto que o governo federal apresentou ao povo brasileiro, deputada Leninha, foi o fim do horário de verão. Enquanto isso, o desmonte da Previdência andando naquela Casa.

Chamo a atenção para isso. Não sei qual será o próximo grande projeto desse presidente que aí se instalou, mas, com certeza, algo estará caminhando na Câmara para tirar direitos do povo que mais precisa. Concedo aparte à deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira (em aparte)* – Deputado Doutor Jean Freire, queria complementar seu relatório farto de colaborações do governo federal para os nossos brasileiros. Estou com o *Estadão* e vou complementar com uma notícia boa, que saiu ontem, deputadas ligadas na educação e preocupadas com o futuro: “Queremos uma garotada que comece a não se interessar por política”. Queremos uma sociedade que não se importe com política, que se sinta incapaz de fazer discussões tão sérias, como as que fizemos hoje de manhã referente à educação integral. Essa é a proposta do nosso presidente. Queria complementar e fazer coro a suas palavras. Em 100 dias, dá para percebermos quais são realmente as intenções do governo que está hoje no Brasil.

O deputado Doutor Jean Freire* – Significa que, este mês, enviou dois grandes projetos. Muito obrigado. Srs. Deputados, Sras. Deputadas presentes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Santana* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados e público da TV Assembleia, a minha fala hoje não será demorada. Quando a gente vê a proposta de encerramento de escola integral e a proposta de encerramento da Escola de Saúde Pública, que é um exemplo não só para Minas mas também para o Brasil; quando a gente ouve falar de cortes para a segurança pública do nosso estado; quando a gente vê a não nomeação por concurso público de policial militar, policial civil no nosso estado; quando vem a proposta de que boa parte da reforma administrativa que está sendo discutida nesta Casa não está olhando uma gestão pensando no povo mineiro; e, hoje, de manhã, quando recebo pelo jornal *O Tempo* a renomeação... Não é que eu seja contra a

contratação de gente. Não é isso. Mas no momento em que se discute crise financeira, no momento em que se discutem cortes em todas as áreas, principalmente para a prestação do serviço público, você vê falando que, desde janeiro, por um levantamento do jornal *O Tempo*, alguns funcionários vão ganhar mais de R\$50.000,00 por mês, 602 funcionários recolocados com salários acima de R\$14.500,00, 30 funcionários acima de R\$50.000,00, 33 assessores acima de R\$40.000,00 por mês. Essa, para mim, não é uma forma nova de governar, não. Para mim, deveria, sim, ter sido discutido mais nesta Casa. Estamos num momento em que precisamos, sim, fazer uma reavaliação dos nossos custos, reavaliar o que precisa ser cortado, quais coisas temos que cortar. Mas não podemos deixar o cidadão de bem, que já é sofrido, com perdas de escola integral, colocando os meninos no meio da rua, como bem falado aqui pelo nosso delegado; cortes nos exemplos que temos – querem acabar com algumas partes da secretaria, unindo-a com outras, como a Secretaria de Meio Ambiente e a própria Secretaria de Educação. A gente sabe que isso trará morosidade e burocracia para a nossa gestão pública de poder servir os nossos mineiros.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* – Obrigado, deputado. Quero reiterar o que eu disse. É importante utilizar este espaço para fazer repercutir para quem nos acompanha em casa e, depois, pelas redes sociais... Enfim, para fazermos essa resistência. Repito novamente, deputado: o governador Romeu Zema foi eleito de maneira consagradora e despertou uma expectativa muito grande de mudança em toda a sociedade mineira. Em muitos municípios do Triângulo, ele teve mais de 90%, 95% dos votos. As pessoas enxergaram nele um gestor privado e competente para poder não gerir os negócios privados, mas, sim, o Estado, a coisa pública. O orçamento é público, é do povo. Além disso, para gerir competentemente os serviços públicos, e não para extingui-los. A população paga os seus impostos, que devem ser devolvidos através de serviços públicos de qualidade, e não com a privatização da Cemig e da Copasa, que vai precarizar ainda mais o serviço, que é ruim; não com o aumento ainda maior da tarifa, que é o que ocorreu em todos os Estados onde houve essa privatização. O Rio de Janeiro, em 2013, foi o último e teve a elevação de tarifa e cobranças indevidas. Nós já temos esses exemplos. No mundo todo, está fracassando esse modelo. O Estado está retomando ali os serviços que haviam sido privatizados: saneamento, energia elétrica, enfim.

Então, repito: a população não quer a extinção dos serviços públicos. Se há problemas, o desejo da população é que sejam corrigidos, aperfeiçoados e melhorados – mais saúde, mais educação e mais segurança.

É lamentável essa notícia do jornal *O Tempo* de que o programa da escola de tempo integral vai ser extinto em mais da metade das 1.600 escolas. Pelo que já acompanhei, ele vai funcionar apenas em 500 escolas, ou seja, em 1.100 escolas, os meninos vão estar na rua, sem serem atendidos pelo programa, o que vai impactar, com certeza, cerca de 200 mil alunos, 10 mil professores – não temos exatamente esses números, mas é uma coisa desastrosa.

Isso não é reforma administrativa. Faz-se reforma para reduzir despesas, enxugar a máquina e melhorar a qualidade de atendimento à população; não se faz reforma administrativa para simplesmente acabar com o atendimento, ainda mais o atendimento à população que mais necessita desses serviços, a população carente, que necessita ser mais bem atendida na saúde, na educação, na segurança. Já falei aqui que, além de o governo querer encerrar o programa da escola integral, quer demitir também cerca de 700 vigilantes que fazem a segurança nas escolas; quer acabar com as bolsas de iniciação científica da Fapemig, onde há muitas pesquisas sendo feitas, inclusive na área de combate à dengue, pois, no Estado, há uma epidemia gravíssima; quer fechar a Escola de Saúde Pública, a UAI – Unidade de Atendimento Integrado –, as comunidades terapêuticas, em um retrocesso na área de políticas antidrogas etc.

Enfim, quero deixar aqui a minha lamentação, a minha indignação, e espero que o governo possa rever sua posição e ter uma melhor relação com a Assembleia; esta é a Casa do povo, e vamos levantar a voz em defesa do povo que mais precisa, pois temos que dignificar e honrar cada voto de confiança que recebemos. A palavra dada na campanha eleitoral tem que ser cumprida. O governador não foi eleito para dizer uma coisa e fazer outra. A população espera que o Estado melhore, que ele chegue até as comunidades carentes, que precisam de melhor atendimento em todas as áreas. Os deputados aqui estão assustados – posso dizer

todos os 77 –, pois, a cada dia, há uma nova notícia de fechamento de um serviço, do fim do atendimento por parte de um programa, do cancelamento de uma política. Isso é grave, é lamentável, e espero que haja uma revisão. Parabéns, deputado.

O deputado Gustavo Santana* – Obrigado, deputado. Concedo aparte ao deputado André Quintão.

O deputado André Quintão (em aparte)* – Deputado Gustavo Santana, queria parabenizá-lo pelo pronunciamento. Tive a oportunidade de, em parte, acompanhar a audiência pública realizada pela Comissão de Educação, com a nossa presidenta Beatriz Cerqueira, e queria reiterar aqui a nossa indignação, o nosso posicionamento contrário ao fechamento, à extinção da escola em tempo integral, por todos os motivos: pelas questões pedagógicas, pelas questões sociais, pela importância, nesse momento, de, no País, valorizarmos a educação, o protagonismo juvenil, a recuperação de projetos e a autoestima de crianças e jovens. Essa medida vai na contramão da história. Este é um governo que está se especializando em cortes; a cada dia, vem um corte: corta bolsa da Fapemig, quer fechar o Centro Mineiro de Referência em Resíduos, dos catadores, corta a escola em tempo integral, quer fechar a Escola de Saúde Pública, já retirou os vigilantes das escolas.

Hoje, no dia em que o governo completa 100 dias, recebemos esta notícia tenebrosa do fim da escola em tempo integral para 80 mil estudantes. Vejo aqui o Plenário: há majoritariamente deputados do bloco de oposição; os próprios deputados e deputadas da base do governo não estão aqui porque esta medida é indefensável; são indefensáveis as iniciativas do governo Zema. A cada dia, há uma notícia ruim. Quem leu o artigo do governador hoje sobre os 100 dias vê que é uma carta de intenções, ele apresentou uma espécie de programa de governo: “Vou fazer isso, vou fazer aquilo”. O que ele está fazendo mesmo é isto: acaba com a escola de tempo integral, promove uma reforma administrativa que economiza pouco e desorganiza o serviço público.

E ontem, na antevéspera, ele anunciou a privatização da Cemig. Imaginem, aos 100 dias de governo! Num dia ele fala da intenção, porque passa pela Assembleia, precisa ser aprovado aqui e ter referendo depois, mas quer privatizar a Cemig. No outro dia, 80 mil jovens e crianças são prejudicados com o fim da escola em tempo integral.

Então V. Exa. está de parabéns. É por isso que o nosso bloco de oposição está presente – Bloco Democracia e Luta –, para denunciar a estar ao lado dos atingidos pelo governo Zema.

O deputado Gustavo Santana* – Com certeza, deputado André. É por isso que subo aqui, no dia de hoje, porque entendo que a reforma administrativa é, sim, enxugar a máquina pública, mas nos erros e nos gastos, e não acabar com o serviço público de qualidade de que o povo mineiro precisa e que merece. Estarei aqui, sim, para cobrar com a cabeça erguida, e posso falar isso porque, no segundo turno, eu o apoiei acreditando que poderia fazer uma gestão boa. Não é para acabar com o serviço público para Minas Gerais que estarei aqui calado. Esta voz não vai parar. Estarei cobrando sim, e, tenho certeza, meus pares também. Os que pensam em Minas Gerais estarão comigo na defesa dessa bandeira. Um grande abraço a todos.

O deputado Léo Portela (em aparte)* – Obrigado, deputado Gustavo Santana. V. Exa. é sempre muito combativo e apresenta, de maneira íntegra e lúcida, as questões do Estado.

É importante salientar, presidente, a nossa preocupação e a nossa indignação com o posicionamento do governador Romeu Zema ao encerrar a escola em tempo integral. Parece que o governador ainda não tem a noção clara de como as coisas funcionam no Estado. Ele não sabe que criancinhas dependem dessa escola para sobreviver. Ele certamente não sabe, deputado Gustavo Santana, que as criancinhas precisam tomar café na escola, as criancinhas precisam lanchar na escola.

Quando o governador encerra essa ação do Estado, esse programa do Estado, o governador está encerrando também a expectativa de vida das crianças. De onde essas crianças tirarão seu alimento? Elas não têm condição. O governador Zema está apresentando algum programa que garanta alimentação digna e descente a essas crianças que dependem do convívio da comunidade escolar? De maneira nenhuma. É o corte de gastos indiscriminado, sem a menor noção de como funciona o Estado, com frieza e com uma alma que não tem o menor compadecimento dos pobres, daqueles que necessitam, das crianças de Minas Gerais. Não podemos

aceitar calados. Não podemos aceitar que as criancinhas paguem o preço da falta de alma, da insensibilidade e da incompetência de uma gestão do governo de Minas Gerais. Obrigado, deputado.

O deputado Gustavo Santana* – Por nada. Sempre às ordens.

Concordo com suas palavras, deputado Léo Portela, de que administrar um governo de estado não é administrar uma empresa. Temos que olhar para os que mais precisam, e esta Casa tem que bater para que o serviço continue funcionando e melhorando cada vez mais em qualidade.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Ulysses Gomes* – Presidente e caro amigo deputado Cristiano Silveira, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, assessoria presente, público que nos acompanha pela TV Assembleia e pelos demais canais de comunicação da Assembleia, boa tarde.

Presidente, até respirei fundo porque tive a paciência de ouvir as primeiras palavras sobre os 100 dias do governo do atual governador Zema. É ruim ter que iniciar desta forma, porque, desde a semana passada, viemos fazendo esse debate, e ontem o nosso líder André Quintão publicou um artigo nesse sentido e fez aqui uma fala nesse sentido. Na verdade, o sentido, em especial, é o da responsabilidade que o momento impõe a cada um de nós.

Muito me surpreendeu, por isso esse início respirando fundo, quando vi aqui um deputado do Novo seguindo a mesma linha dos seus líderes, Amoedo e governador Zema, nacional e estadual, e de forma muito triste, vou falar aqui, mentindo para a sociedade. Não há outra palavra. Não é omitindo informação, deixando de falar algo. É mentindo, querendo vender algo que não é real. Fiquei abismado de assistir a isso aqui. É visual. Ouvimos ele falar aqui que a base do governo tem 61 deputados. Estou vendo aqui os 61 deputados da base. Se a câmera puder mostrar, vocês verão que parte da oposição está presente e outra saiu porque tem comissão, mas participamos a todo tempo aqui, questionando, colocando nossos posicionamentos, mas a base não está presente, não está defendendo, não está votando. Isso porque não há base. Acho que não é problema falar isso. Dialogar com a verdade vai contribuir com o processo de construção de que Minas precisa, ao contrário do que estão colocando. Aí, sim, o Parlamento está disposto.

Nós temos dialogado com os líderes da Casa, com o presidente da Casa e nas comissões. A vontade dos deputados é uma só: que o nobre governador, que S. Exa. desça do palanque. Está faltando ao governador descer do palanque e discutir Minas Gerais na carne, viver o que o povo está vivendo. Não adianta visitar, por mais que seja importante, uma comunidade distante como ele faz. Não pode ser do jeito que ele está fazendo. Ele pega o avião, desce no aeroporto, pega o carro do lado e filma dentro dele. É isso que o governador está fazendo, nobre deputado Cleitinho. É isso que está fazendo. Pare de mentir para a sociedade!

Acompanhei uma publicação aqui do líder maior dele, o presidente nacional do Partido Novo. É a nova forma de fazer política que eles vendem. É a nova forma de mentir para a sociedade. Martelam, martelam, martelam, põem a todo momento uma imagem e querem mostrar que ela é verdade.

João Amoedo publicou ontem em sua página oficial: “Com apenas 100 dias do Novo governo em Minas Gerais...” – ele marca bem a palavra “Novo” – “...liderado por Romeu Zema, muito já foi feito. Redução de 22 secretarias para 12.” Não se votou a reforma administrativa, então como se reduziu? Ah, mas ele juntou algumas. Primeiro que ele pegou o governo com 20 secretarias. Já está mentindo, pois não eram 22, mas 20. Podem dizer: “Deputado, é muito pequeno”. Vamos olhando do pequeno às grandes coisas. Vamos somando o pacote de mentiras que vendemos para a sociedade e vamos deixando, cada vez mais, o cidadão descrente, desmotivado. O próprio presidente da República diz que os jovens, os adolescentes não têm que se envolver com a política, ou seja, vamos criando a cultura de distanciamento da política em vez de fazer aquilo que é mais importante em momento de crise: transparência, participação, diálogo e um aprofundamento da democracia. Não se afasta da democracia na crise. É a partir dela, trazendo a sociedade com transparência e com debate, que vamos atravessar este momento desafiador da política brasileira, da cultura que estamos vivendo e da situação econômica de Minas Gerais.

Como meu tempo está curto, vou acelerar e dizer o que diz o João Amoedo. Vou falar o que fala o João Amoedo, o governador e o que falou aqui o representante do Novo. Vamos ver a mesma linha que querem vender para a sociedade.

Então, João Amoedo já começa com números equivocados. Não são 22 secretarias diminuídas para 12. Na verdade, são 20 para 14. Na proposta de reforma que vamos votar, ele está dando a alguns órgãos *status* de secretaria. Vamos, então, para 14. Há, então, uma diferença muito grande em falar 22 para 12 quando, na verdade, são 20 para 14. Há um número significativo aí.

O João Amoedo diz assim: “Venda de avião da frota do Estado”. O governador vendeu um, mas continua usando outros aviões. Então, fica o *marketing* em cima da ideia de que não vai haver privilégios. Já disse aqui na semana passada que acho que o governo tem de usar. Em muitos momentos ele vai precisar, caso contrário não consegue rodar o Estado. Pare. Desça do palanque. Pare de fazer graça com a sociedade. É importante cortar gastos. Temos de viver uma mudança constante. Isso faz parte de nossa vida; na política, mais ainda. Neste momento político atual mais ainda estamos vivendo isso.

O João Amoedo ainda fala: “O primeiro governador de Minas que não morou no palácio”. Falou que não usaria, mas, quando precisou se esconder, usou o palácio e, mesmo assim, mantém a estrutura do palácio. Está pagando os funcionários. Disse que iria vender.

Continua: “Começou a colocar as contas do governo em dia com salários e repasse das prefeituras em dia”. Mentira! Começou agora, mas ele não reconhece. Estão fazendo um barulho danado do papel importante que o governador teve, do acordo com os prefeitos. Mas por que não reconhece o que fez em janeiro?

Está devendo! Janeiro ele não recebeu. Sabem o quanto há no caixa hoje, 31 de março, no extrato do governo? Mais de R\$4.000.000.000,00. E atrasou e está atrasando muita coisa.

“Fechou acordo com a Vale para ressarcimento dos municípios atingidos, como Brumadinho. O desafio do Estado é enorme. Estava quebrado, aparelhado e abandonado.” Estado aparelhado? Vou falar do Estado aparelhado. Apesar do parcelamento, saiu no jornal *O Tempo* de hoje: “Minas Gerais cria cargos comissionados. Alguns cargos escolhidos pela atual administração. São mais de 600 cargos, com valores que chegam à casa dos R\$50.000,00”. Foi o governador Zema que nomeou. E o Amoedo está fazendo campanha para o Zema em nível nacional dizendo exatamente o contrário. É preciso ajudá-lo a entender o que é Minas Gerais e o que está acontecendo em Minas Gerais. Aí a gente começa a cruzar as informações – não vou dizer irregularidades, mas contradições.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero fazer um quadro de comparação que tentei resumir diante de tanta coisa que temos para falar. Vamos imaginar o Zema da campanha, o Zema candidato e o Zema governador. O Zema da campanha, o Zema candidato dizia o seguinte: “Vou romper com a velha política”. Sabem o que o Zema governador fez? Nomeou quadros, a maioria do PSDB, que tomou conta do governo. Eu não tenho problema em ter boas lideranças do PSDB, em nomear. O que não dá é para ele mentir para a sociedade. O Zema candidato dizia assim: “Não cederei cargos a membros do meu partido”. Mas nomeou preferencialmente membros do Novo, inclusive com irregularidade grave, gente que foi candidata, presidente da Prodemge, que não podia ser nomeada. Estamos fazendo essa representação ao Ministério Público. Há irregularidades nesse processo. O Zema candidato dizia: “Vou cortar 80% dos cargos comissionados”. E ele cortou. Sabe quanto, Amoedo? Dez por cento. O Zema candidato disse o seguinte: “Primeiro escalão sem salário”. Todos estão recebendo salário, e alguns ainda foram nomeados em cargos para receber o dobro. O Zema candidato dizia o seguinte: “Não vou usar avião”. Mas o está usando várias vezes. É legítimo, tem de usá-lo. Tem de parar é de mentir para a sociedade. O Zema candidato dizia o seguinte: “Segurança é prioridade”. Sabem o que ele fez? Adiou o concurso de 1.500 policiais no Estado. “Vou transformar o palácio em museu.” E não fez isso ainda. “Vou priorizar a educação.” Ele cortou a segurança das escolas, ele está cortando uma economia de R\$30.000.000,00 por mês. E sabem por que ele está cortando? Porque nós estamos debatendo aqui, hoje, a escola integral no Estado. É essa a comparação que contradiz muito com o que o Amoedo fala a nível nacional para a população brasileira – se assim ele está acreditando que está falando. O que muda muito é o artigo em que o governador

anunciou que Minas Gerais está uma tranquilidade e que ele está dormindo melhor do que quando controlava as suas empresas. E muda, infelizmente, muito, daquilo que o representante do Partido Novo disse aqui anteriormente sobre a situação, a base de 61 deputados e que Minas está nos trilhos certos, sem reconhecer a realidade da relação política, dos programas e dos serviços públicos de Minas Gerais que o governo supostamente Novo do Zema está oferecendo. Temos de acabar com essa contradição, com essa demagogia, e vou além com essa hipocrisia. Desça do palanque, governador! Vamos discutir Minas Gerais. O nosso bloco, o nosso partido tem a responsabilidade, depois de governar Minas, pela situação que nós pegamos, conhecedores da situação de Minas, de procurar um caminho realmente novo, mas verdadeiro para Minas Gerais.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/4/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 4/4/2019, que nomeou Hélio Bernardo de Aguiar, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

exonerando, a partir de 15/4/2019, Rodrigo Bravim Brandão, padrão VL-45, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bartô;

nomeando Elixandra Maria Magalhães Cassins, padrão VL-48, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mário Henrique Caixa;

nomeando Erika Fabiana de Andrade Cândido Teixeira, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mauro Tramonte;

nomeando João Pedro Antunes Barbosa, padrão VL-30, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite;

nomeando Rita de Cássia Pires de Miranda, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso.



ERRATA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/3/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/3/2019, na pág. 21, onde se lê:

“nº 776/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja aberto Inquérito administrativo para investigar o tenente da Polícia Militar de Passos acusado de um grave crime ambiental de envenenamento de, pelo menos, sete cães e três gatos no município, fato que foi registrado em câmeras de monitoramento”, leia-se:

“nº 777/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus e dos deputados Betão e Bruno Engler, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Brumadinho para debater o crime da Vale nessa localidade e seu entorno, devido ao rompimento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão, e as diversas violações de direitos humanos dele decorrentes, convidando-se

as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Saúde, Segurança Pública e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social”.